

Apelo Aos Parlamentos de Todos os Países Sobre o Desarmamento

A quinta sessão do Soviet Supremo da U.R.S.S., que acaba de encerrar-se em Moscou, aprovou o seguinte apelo:

«O Soviet Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, tendo em vista os altos objetivos do fortalecimento da paz entre os povos, considera seu dever chamar a atenção dos povos, governos e parlamentos de todos os Estados para os importantes e inadiáveis problemas contemporâneos que preocupam profundamente os povos de todo o globo terrestre — os problemas da terminação da corrida armamentista, da redução dos armamentos e proscricção das armas atômica e de hidrogênio.

Os esforços empreendidos na Organização das Nações Unidas durante os últimos dez anos visando a obter um acordo sobre o desarmamento lamentavelmente, até agora, não foram coroados de êxito.

Prossegue a corrida armamentista, continua a ter lugar a acumulação de armas de destruição maciça — as bombas atômicas e de hidrogênio. Milhões de pessoas como antes, são arrancadas do convívio de suas famílias e permanecem sobre os ombros dos povos, desviando-os do seu trabalho criador, neles fortalecem o sentimento da incerteza no futuro e do temor ante a ameaça de uma nova guerra.

Nestas condições, aos parlamentos e governos de todos os países, que têm perante os povos a responsabilidade pelos destinos dos seus Estados, cabe adotar medidas efetivas sem esperar que a ONU possa encontrar soluções admissíveis para todos os Estados interessados. Para isso contríbua o alívio da tensão internacional conseguido nos últimos tempos, o ulterior desenvolvimento dos contactos amistosos e das boas relações entre os países à base dos princípios da coexistência pacífica. Criando condições para a realização de um programa geral de desarmamento, a redução dos armamentos de cada Estado, em separado, constitui medida extraordinariamente importante. Papel particular nesse sentido desempenham as grandes potências que têm a responsabilidade principal na manutenção e no apoio da paz em todo o mundo. Precisamente as grandes potências, que dispõem das forças armadas mais numerosas, devem dar o exemplo na redução das forças armadas e dos armamentos.

A União Soviética, que realiza consequentemente uma política de paz e de segurança dos povos, já está procedendo à redução de suas forças armadas, armamentos e verbas militares. Sem aguardar a conclusão de um acordo geral sobre o desarmamento, a URSS realizou em 1955 a redução de 640 mil homens de suas forças armadas e realizará até 1º de maio de 1957 ainda maior redução de 1.200.000 homens. Em correspondência com essa medida serão reduzidos o armamento e a técnica militar assim como o orçamento da União Soviética para a defesa nacional.

O Soviet Supremo aprova a resolução do governo soviético sobre a redução das forças armadas e dos armamentos e a considera um ato de boa vontade, uma iniciativa excepcionalmente importante que confere caráter prático à solução do problema do desarmamento.

Com o presente apelo, o Soviet Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas conclama os parlamentos de todos os Estados a considerar e apoiar esta iniciativa da União Soviética e, a seu critério, adotar medidas efetivas para cessar a corrida armamentista, reduzir as forças armadas e os armamentos e oferecer assim uma digna contribuição à causa do fortalecimento da paz entre os povos.

O Soviet Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas estima que a luta pela cessação da corrida armamentista será coroada de êxito se os parlamentos de outros Estados empregarem todas as suas forças na realização de medidas efetivas, visando à consecução deste nobre objetivo.

Moscou, Kremlin, 16 de julho de 1956.
O SOVIET SUPREMO DA URSS.

VOZ OPEIÁRIA

Preço
Cr\$1.50

Nº 376 ★ Rio de Janeiro ★ 28 de Julho de 1956



MAIS DE nove mil associados já conta o Sindicato dos Empregados Rurais de Londrina, que congrega os colonos de café e assalariados agrícolas daquela região do Norte do Paraná. O sindicato realizou, a 15 do corrente, uma grande assembleia, na qual adotou importantes resoluções sobre a luta pelo pagamento do salário-mínimo, que os latifundiários sonham sistematicamente, burlando a lei. Por decisão da assembleia (mais de 2.500 presentes) foi proposta à Associação Rural de Londrina a realização de uma mesa-redonda entre colonos e fazendeiros, para discutir a questão do pagamento do salário-mínimo. NA FOTO: aspecto da grande reunião, realizada na sede do sindicato. A massa presente lotou completamente o salão, ficando numerosas pessoas do lado de fora, de onde acompanharam os debates. (Reportagem na oitava página.)

Auto-Crítica
e Pedido
de Demissão
de Rakosi
★
A URSS Ajuda
Concretamente
os Países Sub-
desenvolvidos
(NA 4ª PÁG.)
★
AS PALAVRAS DE
PRESTES ORIEN-
TAM PARA A AÇÃO
(NA 5ª PÁG.)
★
O Papel
do Partido
na Sociedade
Soviética
(NA 10ª PÁG.)

Reune-se o Soviet Supremo

A quinta sessão do Soviet Supremo da URSS, realizada este mês, votou a nova lei de pensões do Estado que melhora sensivelmente a situação dos trabalhadores doentes e inválidos. Na foto dois deputados que participaram dos trabalhos do parlamento soviético: S. Kovpak, o legendário guerrilheiro ucraniano, e S. Lazarev, maquinista da estrada de ferro Moscou-Kiev. Kovpak é vice-presidente do Presidium do Soviet Supremo da Ucrânia. (TASS)



POR UMA IMPRENSA QUE AJUDE A DESENVOLVER O MOVIMENTO DE MASSAS

A experiência internacional destaca o papel considerável da imprensa revolucionária no combate pela causa da libertação dos povos, pelas liberdades, a independência nacional e a vitória das forças progressistas. Generalizando esta experiência, Lênin afirmou que é impossível um verdadeiro movimento de massas em qualquer país com um mínimo de civilização, sem uma imprensa de massas.

Nenhuma frente de trabalho pode desenvolver-se com êxito e executar vitoriosamente suas campanhas se não conseguir um apoio seguro em jornais capazes de atingir largas camadas de leitores.

Se devemos pensar em termos de massas, trabalhar voltados para as massas, interpretar cada vez melhor seus sentimentos e aspirações, é evidente que precisamos ter uma imprensa popular à altura de romper o círculo estreito em que é difundida e atingir milhares e milhares de novos leitores.

Para tanto, os métodos até agora utilizados visando ao aumento da difusão dos órgãos da imprensa popular, têm-se revelado, por si sós, insuficientes. Não bastam os comandos e a propaganda de um jornal entre o povo para que ele se torne uma leitura necessária de milhares e milhares de pessoas. Para se transformar neste jornal, precisa ser realmente neces-

sário e indispensável ao mais largo círculo de leitores, pelo prazer que desperte sua apresentação, pela capacidade de oferecer as informações que os mais diversos setores desejam ter em dia, pela capacidade de se impor, vitoriosamente, na concorrência natural que faz com outros jornais.

Ora, para que se tenha um jornal nessas condições é necessário, antes de tudo, dotá-lo da indispensável base material e técnica. Atualmente, quando, nos grandes centros, sob o império da concorrência, toda a imprensa modernizou seus meios técnicos, seu equipamento, sua apresentação, seus serviços informativos, já não se pode pensar em imprensa nos termos de dez anos atrás, quando foram instaladas as oficinas de quase todos os jornais da imprensa popular.

A questão é esta: Para termos uma imprensa capaz de ajudar decididamente a superar o atraso, ainda existente no movimento de massas, necessitamos de jornais modernos, capazes de atingirem as mais amplas massas; para termos esses jornais, necessitamos de máquinas e oficinas muito melhores que as que temos atualmente; e para isto, necessitamos de dinheiro. Com esta compreensão é que devemos, todos, atender aos apelos que neste sentido já estão sendo lançados por vários órgãos da imprensa popular, em todo o país.

Malogra a Pressão Anglo-Ianque Sobre o Egito

ENQUANTO AS POTÊNCIAS OCIDENTAIS SE RECUSAM A AUXILIAR O EGITO, A U.R.S.S. MANTÉM OS COMPROMISSOS PARA A CONSTRUÇÃO DA REPRÊSA DE ASSUÂ

Os recentes comunicados norte-americano e britânico a respeito da recusa nos Estados Unidos e da Inglaterra de financiarem parte das despesas necessárias para a construção da represa de Assuan são uma confissão rara de que a chamada «ajuda econômica» dos Estados imperialistas aos países subdesenvolvidos está sempre acompanhada de exi-

gências econômicas e políticas inaceitáveis para uma nação soberana.

As duas notas publicadas separadamente, no mesmo dia, dizem a mesma coisa. Argumentam que o Egito custou a decidir-se pela aceitação da oferta, agindo internacionalmente para ver se obtinha melhores condições. Ninguém pode discutir que esse é um direito legítimo e certo do Egito. Ale-

gam Ingleses e americanos que o governo do Cairo assumiu uma dúbia atitude internacional. Essa «dubiedade» consiste tão somente na recusa do Egito de participar de qualquer bloco militar, mantendo-se adstrito aos cinco princípios de coexistência pacífica, proclamados pela Conferência de Bandung e, recentemente renovados na Conferência de Brionl, por Tito, Nehru e Nasser. Finalmente, utilizam os imperialistas as afirmações de que o comércio egípcio vem sendo orientado no sentido dos mercados do Leste e de que os últimos programas do Cairo alteram as condições anteriores no que diz respeito a capacidade de o país beneficiário poder reembolsar os credores.

Deve-se recordar, a propósito: 1) que as grandes vendas de algodão egípcio à União Soviética decorreram precisamente da pressão baixista do mercado ocidental sobre o produto do vale do Nilo; a URSS (tal como já fizera com a Birmânia, num passado recente, quanto ao arroz) adquiriu grandes partidas algodoeiras no Egito para evitar que esse país fosse asfixiado pela pressão econômica da City e de Wall Street; 2) os programas a que se referem os comunicados são de duas ordens: industrial, visando a desenvolver o nível de vida material do país, e militar, armando-

o suficientemente para que possam manter a independência nacional em um meio perturbado por ameaças bem definidas. No primeiro caso (industrialização), as medidas só podem servir para criar maior riqueza e, portanto, para aumentar as possibilidades de reembolso dos credores; no segundo (armamentos) trata-se de um ato de soberania, que nada tem a ver com a represa de Assuan. Além, antes de adquirir armas na Tchecoslováquia e Polônia, o Egito procurou obtê-las nos Estados Unidos e outros países capitalistas, sendo-lhes fechadas as portas do Ocidente.

Verifica-se, pois, que as verdadeiras razões da recusa dos créditos estão na política independente do Egito, em sua oposição ao Pacto de Bagdá e no seu desejo de sair rapidamente de um estado econômico crítico, decorrente de séculos de exploração. Além, os comentaristas americanos e europeus não se recusam a dizer às claras o que as notas diplomáticas afirmam veladamente.

Não se pode também deixar de ver na atitude anglo-americana o fruto de doentia especulação sobre a capacidade de a URSS cumprir todos os seus compromissos internacionais de assistência aos países subdesenvolvidos, sem prejuízo de auxílio que presta às de-

mocracias populares e sem pôr em risco seu próprio programa industrial. As notas anglo-americanas visaram a pôr a União Soviética — que já oferecera assistência para a construção da represa — em situação difícil. Criam Eisenhower e Eden que o Governo Soviético não estaria em condições de ampliar o montante do financiamento parcial em estudo. Preparavam-se, dessa maneira, os anglo-americanos para reentrar em cena, espetacularmente, com as mãos livres para exigir do Egito o que bem lhes aprouvesse. Isso é o que se vê de ambas as notas que, negando os créditos, deixam, entretanto, declarada a possibilidade de futura reabertura das negociações, se o Cairo se submeter a exigências insuportáveis.

Entretanto, mais uma vez, destinam-se ao malôgro as especulações fantasiosas das chancelarias de Washington e Londres. Quarenta e oito horas depois da recusa anglo-americana, o jornal egípcio «Al Ahram» já podia publicar a seguinte declaração do embaixador soviético no Cairo: «Se o Egito pedir, o Governo da URSS não voltará atrás em sua promessa de assistência financeira para a construção da represa de Assuan.»

Dessa maneira, o pretendido golpe contra a independência do Egito resultou ape-

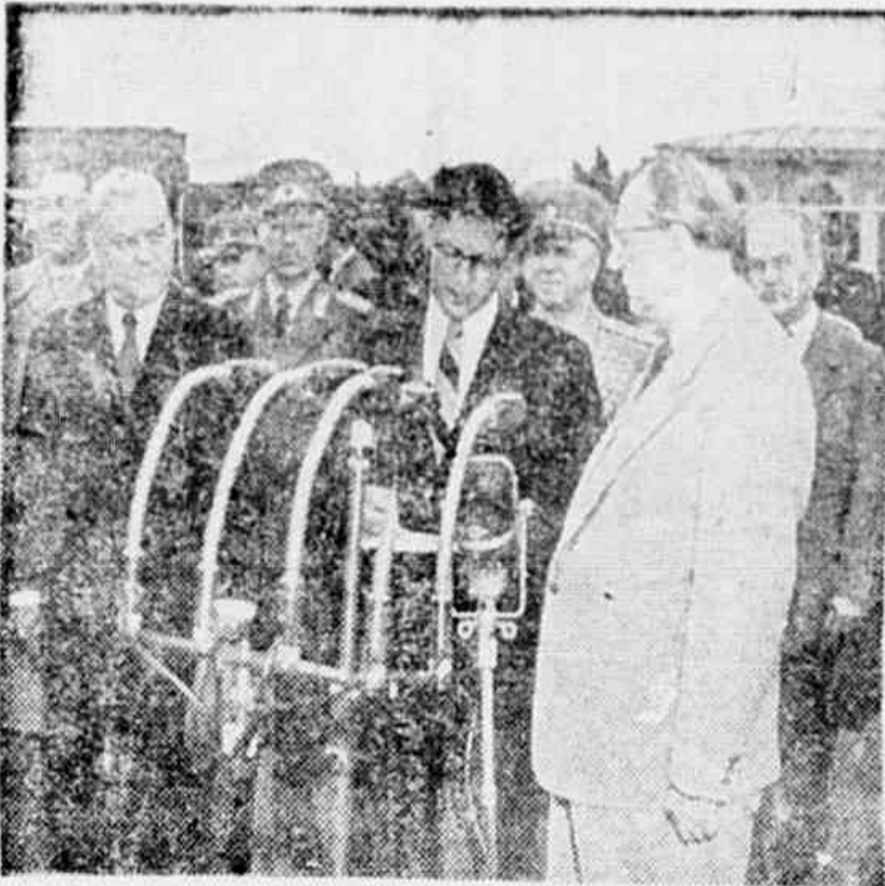
nas num vergonhoso desmascaramento da política anglo-americana no Oriente Próximo.

Ofensiva Baixista Contra o Café

Embora o café não possa ter estado ausente das conversações do Panamá, a verdade é que não foi emitido nenhum comunicado a respeito. Entretanto, pode-se afirmar que a proposta de Eisenhower sobre a designação de representantes pessoais dos presidentes para o Conselho Econômico da O.E.A. está ligada a isso. Como se sabe, há duas tendências entre os próprios países produtores latino-americanos: a Colômbia defende o estabelecimento de preços mínimos, mediante uma política de conjunto dos Estados produtores; o Brasil filia-se à falsa tese de que o essencial é vender grandes quantidades, mesmo a preços vis, como estamos fazendo.

O discurso do sr. Kubitschek em Ribeirão Preto segue essa orientação nefasta. Há longos meses, o produto nacional sofre ação baixista dos especuladores estadunidenses que pretendem fixar em 32 cents o preço da libra-peso. A política do governo, recusando-se a buscar novos mercados de c, ao mesmo tempo, defendendo o aviltamento indica claramente que, mais uma vez, pretendem as autoridades cruzar os braços diante da nova ofensiva baixista norte-americana.

GROTEWOHL EM MOSCOU



Para realizar conversações (que terminaram por uma declaração conjunta) chega à capital soviética o primeiro-ministro da República Democrática Alemã Otto Grotewohl. Ao descer no aeroporto central de Moscou, Grotewohl dirige uma saudação ao povo e governo soviéticos. (TASS)

VISITA DO PRINCIPE CIANUK



Vorochilov, Bulganin e Molotov palestram com o Príncipe Cianuk, do Cambodge, durante a recepção oferecida pelo Presidente do Conselho de Ministros da URSS àquele titular. Cianuk chefa a delegação de personalidades políticas do Cambodge, que visita a URSS.



Aspectos da Conferência do Panamá

Examinada em seus termos gerais, a Conferência do Panamá não destoou das costumeiras reuniões do gênero, quando os governantes dos diversos Estados latino-americanos fazem roda em torno da delegação norte-americana, alegres e risonhos por terem podido reunir-se com o chefe da empresa. Quanto a este, enquanto recolhe bons lucros, vai executando a política que o sr. Lourival Fontes vem de definir como «política de palmadinhas nas costas» e que preferíamos chamar de «política de tamanduá».

Sabia-se previamente o texto da declaração assinada pelos diversos presidentes do hemisfério, plena de afirmações sobre a «independência das nações» e a «liberdade do homem» e sintomaticamente assinada por dez ditadores, entre os quais o da Guatemala, imposto pela intervenção americana. E' sintomático, porém, que a palavra «comunismo» tivesse de ser riscada e substituída pela expressão «forças totalitárias». Verifica-se que, embora perseguindo os mesmos fins, a propaganda do Departamento de Estado viu-se obrigada a maior plasticidade, visando a neutralizar aquelas correntes que, dentro de cada país, não tendo posições comunistas, não mais aceitam que a título de «combater os comunistas», sejam instaladas formas fascistas de governo. A importância desse fato não deve ser exagerada mas seria errôneo desconhecê-lo. As dificuldades de concretizar-se o encontro e a afirmação do item 2 (relativa à necessidade de melhorar as condições de vida dos povos do continente) se, de um lado, são recursos demagógicos dos imperialistas ianques, revelam, de outro lado, a pressão dos países latino-americanos em prol de melhor tratamento. Esse velho tema, já inscrito na Ata de Chapultepec, renovou-se em outras reuniões panamericanas, sobretudo em Caracas, onde houve choques evidentes entre os países cafeicultores (exceção feita ao Brasil) e outros, e a delegação norte-americana. O choque renovou-se na reunião dos ministros da Fazenda em Quitandinha.

Desconhecer a exigência crescente dos diversos Estados latino-americanos ou, melhor, a pressão interna que sofrem seus governos por uma revisão da política exterior,

levaria a encarar a Conferência do Panamá de maneira demasiado simplista, reduzindo-a a mera formalidade ou a puro recurso de propaganda eleitoral norte-americana. Na verdade, a reunião pode ser classificada como uma tentativa do Departamento de Estado de utilizar novos métodos de dominação, onde isso se mostrar necessário, a fim de garantir as posições ameaçadas e consolidá-las. Esse ensaio preliminar prende-se, evidentemente, ao novo quadro internacional e à verificação norte-americana de que crescem dia a dia as forças que na América Latina se opõem ao unilateralismo de sua política internacional.

Dessa maneira, precisamente, no sentido de que Panamá pretende ser uma sondagem e um início de conversações, é que as entrevistas entre os chefes de Estado latino-americanos e o presidente norte-americano assumiram muito maior importância que as reuniões plenárias, evitadas de formalismo. Entretanto, numa delas, é que Eisenhower propôs modificações na OEA, a fim de estudar a «cooperação econômica» e foi, a contragosto, forçado a ouvir de Figueres a expressão de que, proximamente, Porto Rico deve representar-se como país independente.

O sr. Juscelino Kubitschek não poderia faltar à fila dos presidentes que conferenciaram com Eisenhower. O fato de declarar em entrevista que somente dentro de 15 dias anunciará os resultados das conversações, revela que elas se prenderam sobretudo ao empréstimo que está sendo negociado pelo sr. Lucas Lopes, sob pressão dos banqueiros ianques, que negam, até agora, qualquer «funding» destinado a aliviar o serviço da dívida externa nos próximos anos. Do Presidente da República não podemos dizer, até agora, que tivesse cumprido no Panamá um programa inteiramente norte-americano. Faltava-lhe, inclusive, autoridade para tanto, depois das claras manifestações do povo, das forças armadas e dos líderes políticos num sentido oposto. Mas, nas suas declarações públicas, o sr. Kubitschek esteve longe de assumir a atitude que exigiam os interesses brasileiros. Pela participação ou pela omissão, atestou novamente suas dubiedades com as quais só se beneficiam, em última instância, os próprios meios financeiros norte-americanos.

O Trabalho Com as OO. BB. Femininas: Condição Para um Amplo Movimento Feminino de Massas

(INTERVENÇÃO ESPECIAL NA CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE O TRABALHO DO PARTIDO ENTRE AS MULHERES)

COMARADAS

O informe do camarada Prestes a esta Conferência coloca ante todo o Partido a tarefa histórica de criar um movimento de massas que abarque centenas de milhares de mulheres, que as desperte para a luta por seus direitos e para a participação ativa na grande batalha de nosso povo pelas liberdades, pela paz, pela independência e pelo progresso do Brasil.

A realização desta tarefa exige o crescimento dos efetivos do Partido.

Com o objetivo de estimular e intensificar o recrutamento de mulheres, no plano de construção do Partido estabeleceu-se para o recrutamento, ativação e criação de OO. BB. femininas o número de pontos correspondentes ao das empresas de mais de 5.000 operários.

O RECRUTAMENTO DE MULHERES PARA O PARTIDO

A construção do Partido de forma planificada permitiu-nos aumentar o recrutamento de mulheres. Em vários CC. RR. foi ultrapassada a quota de 20%, estabelecida no plano Luiz Carlos Prestes, e foram criadas inúmeras OO. BB. Isto constituiu um passo para superarmos o sério atraso em que nos encontramos no que diz respeito à luta que travamos para trazer ao Partido milhares de mulheres que já sentem a necessidade de um instrumento que as ajude na luta que travam contra a miséria, a desigualdade social em que se encontram. Mas é necessário acentuar que muitos CC. RR., inclusive comitês importantes como os do Rio e Piratininga, não atingiram essas percentagens.

Se, em geral, o recrutamento de mulheres é pequeno, nas empresas onde a mulher trabalha ombro a ombro com os homens, sofre e luta, demonstrando capacidade de luta e abnegação, esse atraso é mais acentuado. O mesmo podemos dizer em relação à mulher camponesa. Do ponto de vista da construção do Partido são, sem dúvida, os setores mais importantes.

Parece-me que a delegada da Bahia tem razão quando critica do CR da Bahia que faz sua concentração para o trabalho feminino nas empresas, subestimando as donas de casa.

SÉRGIO HOLMOS

FORMAS E EXPERIÊNCIAS DE RECRUTAMENTO

São muitas as formas que se podem utilizar para recrutar: palestras, distribuição e leitura da imprensa do Partido, etc. No entanto, uma forma provada no recrutamento feminino, que nos permite recrutar em massa as melhores e mais combativas, é a que apresentou a esta Conferência a delegada do CR de Goiás, que nos mostrou que, após o Partido ter se colocado à frente dos camponeses, de suas lutas pela terra, as camponesas voltaram-se para o Partido, nele ingressando com grande entusiasmo.

Na luta pelo crescimento dos efetivos femininos do Partido, além do recrutamento, torna-se necessário enfrentar com mais decisão a luta para atrair para a vida orgânica e política os membros do Partido. Esta debilidade do conjunto do Partido tem caráter mais acentuado tratando-se de companheiras que enfrentam sérias dificuldades para cumprir seus compromissos simultâneos na fábrica, no lar, como esposa, mãe ou filha, e para com o Partido.

A criação das OO. BB. femininas constituiu fator decisivo para uma maior vida política e orgânica das companheiras, pois afastou obstáculos, como, por exemplo, o de ter que se reunir com os homens, facilitando-lhes reunirem-se em horas mais apropriadas e ao mesmo tempo poderem discutir seus problemas específicos.

MEDIDAS ORGANICAS

É baseado nesta experiência positiva que o CC considera necessário criar OO. BB. femininas e seções de OB nas empresas. Esta medida contribuirá para superar sérias dificuldades que impedem uma maior vida política e orgânica das companheiras operárias que assim poderão discutir, formular as reivindicações específicas da mulher, em geral subestimadas pelo Partido — e levar as mulheres operárias para o sindicato, para a luta por seus direitos e reivindicações.

Ainda é pouca a preocupação do Partido por dar mais vida política e orgânica às mulheres do Partido. Não se enfrentam as dificuldades que surgem nesta luta, como acentua o informe do camarada Prestes. Em face da reduzida assistência às OO. BB. e ante a resistência das camaradas de receberem assistência ou de se encontrarem na porta das fábricas com companheiros, a tendência que surge é a de jogar toda a responsabilidade não só do trabalho feminino em geral, mas também do trabalho do Partido entre as mulheres para a Seção do Trabalho Feminino. Esta tendência estranha

aos princípios de organização do Partido, se não for combatida, pode nos conduzir à criação de um Partido de mulheres com suas OO. BB. e direções, como nos adverte o informe do CC.

A pouca preocupação em dar vida política e orgânica às mulheres do Partido e a tendência a jogar todo o trabalho para a Seção do Trabalho Feminino nos coloca ante alguns problemas de organização que devemos enfrentar.

Para que o trabalho do Partido entre as mulheres seja uma tarefa de todo o Partido, além da luta política e ideológica devemos adotar algumas medidas orgânicas. Em todos os CC. DD. a encarregada do trabalho feminino deve ser incluída no secretariado, como secretária responsável pelo trabalho feminino. Nos CC. ZZ. que dirigem diretamente OO. BB. femininas, a encarregada do trabalho feminino também deve ser incluída no secretariado. Nos CC. RR. onde for necessário devem ser incluídas companheiras em seu corpo de assistentes. Estas medidas orgânicas contribuirão para fazer com que o trabalho do Partido entre as mulheres seja de fato uma tarefa de todo o Partido e não somente da Seção do Trabalho Feminino e das encarregadas femininas. Ao mesmo tempo nos permitirá dar mais e melhor assistência às OO. BB. femininas

O MÉTODO DE TRABALHO

O método de trabalho joga importante papel no funcionamento das OO. BB., para o seu bom ou mau funcionamento. O informe do CC dá especial atenção a esta questão. Para facilitar um melhor funcionamento das OO. BB. uma das preocupações que devemos ter é a de realizar reuniões de curta duração, com poucos assuntos na ordem do dia, fazendo com que esta inclua sempre problemas específicos da mulher. Devem ser reuniões simples, sem muito formalismo. As vezes é difícil a uma companheira, ainda nova no Partido, organizar uma intervenção. No entanto, no curso da discussão ela pode intervir. Os companheiros assistentes não devem fazer intervenções demasiadamente longas e, sim, reservar o maior tempo possível para as companheiras, estimulando-as para que fale.

Devemos também travar a luta pelo cumprimento das resoluções do CC, especialmente no que diz respeito à criação das seções do trabalho feminino nos CC. RR. e nos CC. ZZ., onde isto se torne necessário, pois até agora vários CC. RR. e CC. ZZ. ainda não criaram seções de trabalho feminino.

O CC e os CC. RR. devem dar mais e melhor ajuda às companheiras ativistas, promovendo reuniões onde elas possam discutir diretamente com as direções, não somente os problemas específicos do trabalho do Partido entre as mulheres, mas também todos os problemas políticos, orgânicos, etc., do Partido.

Os órgãos dirigentes do Partido e as várias seções auxiliares, quando discutirem problemas relativos ao trabalho feminino, devem convidar as camaradas das respectivas seções do trabalho feminino.

Estamos, assim, em face da necessidade imperiosa de trabalhar mais e melhor com as OO. BB. femininas. Sem isto, não será possível a criação de um poderoso movimento de massas feminino, sob a liderança do Partido do proletariado.

Semana Política

A política externa do Brasil, há um par de décadas, sempre foi traçada e executada sem qualquer interferência do Congresso e até mesmo, apesar dos dispositivos constitucionais, à sua revelia. Sempre foi assunto da alçada, por assim dizer, exclusiva do Itamarati e da Presidência da República e praticamente inusado aos reclamos da opinião nacional.

É, pois, um sinal dos tempos a apresentação, quase simultânea, de dois pedidos de convocação do sr. J. C. de Macedo Soares à Câmara dos Deputados para ser interpelado sobre a orientação de nossa política exterior. Um pedido de convocação, neste sentido, foi apresentado, a semana passada, pelo deputado Newton Carneiro, da UDN do Paraná; outro, terça-feira última, pelo deputado Jonas Bahiense. Ambos os parlamentares tomaram esta iniciativa depois de terem comunicado à Câmara suas impressões de uma viagem aos países socialistas e demonstrado as vantagens para o Brasil do imediato estabelecimento de relações econômicas e diplomáticas com a União Soviética e a República Popular da China.

Quando se leva em conta que essas iniciativas se seguem ao discurso pronunciado pelo próprio líder da maioria, deputado Vieira de Melo, criticando vigorosamente a orientação de nossa política externa e exigindo sua revisão, no sentido dos interesses nacionais, não se pode duvidar que se oriam, no país, tôdas as premissas para o desenvolvimento vitorioso da luta por uma nova política em nossas relações exteriores. O que está faltando é a mobilização e a organização das amplas camadas e setores de opinião para forçar o governo do sr. Kubitschek a tomar por este caminho. Mas é evidente, por outro lado, que os imperialisistas norte-americanos não assistem de braços cruzados a este crescente movimento de opinião em favor de uma política de independência diante do Departamento de Estado. Para neutralizá-lo (e até mesmo sufocá-lo) recorrem a tôdas as formas de pressão, desde as promessas de empréstimos do sr. Kubitschek até a rearticulação de velhos bonzos do golpismo, à frente deles o general Távora, a fim de trazerem assustado e mais dócil o atual Presidente.

Novo Passo Para a Concretização da Autonomia do Distrito Federal

Aprova a Câmara a emenda Chagas Freitas dispendo sobre as eleições dentro de 120 dias — Assegurar, agora, a aprovação no Senado

Foi aprovada na Câmara a emenda Chagas Freitas ao projeto de lei eleitoral e que determina a realização, no prazo de 120 dias, de eleições para prefeito do Distrito Federal.

A vitória desta emenda, na Câmara, é uma derrota do sr. Juscelino Kubitschek e novo êxito da luta do povo carioca pela autonomia de sua cidade. De fato, traçando suas promessas de candidato, o atual presidente da República e alguns maiores do PSD querem a concretização da autonomia carioca... somente nas próximas eleições sucessórias. O sr. Kubitschek pretende manter, durante a sua administração, o Distrito Federal com um prefeito nomeado — no caso o sr. Negrão de Lima, que em poucos meses já se revelou, como os demais prefeitos impostos pelo Catete, um dócil instrumento da Light.

O Presidente da República chegou, mesmo, a determinar a alta direção do PSD que torpedeasse, por todos os meios, a emenda Chagas Freitas. Entretanto, na Câmara, a própria maioria governamental não se sentiu à vontade para obedecer a semelhante ordem, que representa uma traição ao povo carioca. A emenda foi aprovada, apesar dos esforços em contrário do líder da maioria em exercício, deputado José Joffily, que

chegou ao extremo de afirmar que "o povo carioca não está preparado" para eleger seu prefeito. Argumento que é o mesmo dos que pretendiam impor ao país um regime ditatorial, sob a alegação de que o povo não estava preparado para escolher, nas eleições de outubro do ano passado, o presidente e o vice-presidente da República.

Tudo isto mostra a força já alcançada pelo movimento autonomista do povo carioca. Mas a vitória precisa ser consolidada. A emenda necessita, ainda, da aprovação do Senado e, mesmo aprovada na Câmara Alta, ainda pode sofrer o veto do Presidente da República.

É necessário, por isso, que os cariocas se unifiqueem ainda mais para assegurar a aprovação no Senado da emenda Chagas Freitas e impedir quaisquer manobras do sr. Kubitschek contra a eleição, imediata, do prefeito da Capital da República.

O povo carioca já não pode suportar mais os efeitos desastrosos das administrações antipopulares dos prefeitos nomeados pelo Catete. Com seu alto nível de educação política, o povo carioca pode eleger um prefeito democrata capaz de, com o apoio do próprio povo, atacar a solução de alguns dos crônicos problemas da cidade. Para tanto, é urgente garantir a vitória total da emenda Chagas Freitas.

GARANTIR O PAGAMENTO DO SALÁRIO-MÍNIMO A 1.º DE AGOSTO

OS SINDICATOS cariocas dirigiram proclamação aos trabalhadores, conclamando-os a lutarem para assegurar a vigência do salário-mínimo a 1.º de agosto, pelo congelamento dos preços dos gêneros de consumo essenciais e pela revogação do decreto antigreve... 9.070. Em reuniões realizadas no Rio, os dirigentes sindicais denunciaram as manobras dos patrões que, ao tempo em que preparam mandado de segurança visando retardar a vigência do aumento (que pretendem para 16 de setembro) recorrem às despedidas em massa e a outras manobras com o fim de burlar os novos níveis decretados a 14 do corrente.

A proclamação dos sindicatos do Distrito Federal teve o apoio do Pacto de Unidade Intersindical de São Paulo e está encontrando repercussão nos meios sindicais de outros Estados. Em todo o país os trabalhadores estão empenhados em assegurar o pagamento do novo salário-mínimo a 1.º de agosto.

Auto-Critica e Pedido de Demissão de Rakosi

A 18 de julho realizou-se em Budapest um pleno do Comitê Central do Partido Húngaro dos Trabalhadores.

Sobre o primeiro ponto da ordem do dia, relativo às questões de organização, interveio Andras Hegedius.

Comunicou ele que o camarada Matias Rakosi havia se dirigido ao Comitê Central, pedindo que o liberassem dos deveres de primeiro secretário do Comitê Central. Na carta do camarada Rakosi, transmitida ao pleno, lê-se: «Peço ao Comitê Central liberar-me das obrigações de primeiro secretário do C. C. do Partido Húngaro dos Trabalhadores e de membro do Birô Político. Uma das causas do meu pedido é que estou com 65 anos de idade e minha saúde, que nos últimos dois anos continua se agravando seriamente, impossibilita-me de cumprir plenamente as tarefas que repousam sobre meus ombros na qualidade de primeiro secretário do Comitê Central. Ao lado disto, os erros que cometi sobre a questão do culto à personalidade e na esfera da legalidade socialista, impedem a direção do partido de concentrar inteiramente sua atenção sobre os problemas que tem diante de si. Ao formular o pedido de afastamento do posto por mim ocupado, desejo servir à grande causa do nosso partido e do povo trabalhador, ao socialismo».

FALA MATIAS RAKOSI

Após a leitura de sua carta, o camarada Rakosi, intervindo no pleno, declarou: «Permiti-me, estimados camaradas do Comitê Central, acrescentar algumas palavras ao meu pedido no que se relaciona com a minha saúde. Já há dois anos que

sofro de hipertensão. Eleva-se a minha pressão arterial e devido a isso, há dias atrás, os médicos enviaram ao Birô Político um laudo em que se lê: «Não consideramos satisfatório o atual estado de saúde do camarada Rakosi e exigimos que sejam adotadas sérias medidas para impedir que piore.»

Nos dois últimos anos frequentemente os camaradas observaram que eu já não comparecia às empresas, não estava junto às massas como antes. E eles tinham razão. Apenas não sabiam que a causa era a agravação do meu estado de saúde. Meu estado de saúde começou a refletir-se sobre a quantidade e a qualidade do meu trabalho, o que em tão importante cargo só pode causar mal ao partido. Era o que tinha a dizer sobre minha saúde.

Quando aos erros que cometi na questão do culto à personalidade e no terreno da legalidade socialista, em junho de 1953 no Pleno do Comitê Central e no último período seguidamente os reconheci e fiz uma auto-crítica pública com eles relacionada. Depois do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e do Informe do camarada Kruschiov tornou-se claro para mim que a gravidade e a influência desses erros eram maiores do que eu pensava e que os prejuízos causados ao nosso partido em resultado desses erros eram muito mais sérios do que antes eu supunha. Tais erros dificultaram o trabalho do nosso partido, diminuíram a força de atração do partido e da democracia popular e estorvaram o desenvolvimento das normas leninistas da vida partidária, da direção coletiva, da crítica construtiva e da autocritica, do democratismo da vida partidária e estatal, da iniciativa e da capacidade criadora das massas. Tais erros, por fim, deram ao inimigo todo

COMETEU GRAVES ERROS NA QUESTÃO DO CULTO A PERSONALIDADE E NO TERRENO DA LEGALIDADE SOCIALISTA — ELEITO ERNO GERO

um amplo campo para o ataque. Em seu conjunto, tais erros por mim cometidos no mais destacado posto do trabalho partidário causaram graves danos a todo o nosso desenvolvimento socialista.

Se as reabilitações foram demoradas e por vezes interrompidas, se no terreno da liquidação do culto à personalidade ocorreram no ano passado algumas sonegações, se a crítica e autocritica, assim como a direção coletiva se desenvolveram lentamente, contra as concepções e métodos sectários e dogmáticos não foi travada uma luta bastante resoluta, tudo isto constitui séria responsabilidade para mim como primeiro secretário do Comitê Central do Partido.

Estimados camaradas do Comitê Central!

Há mais de quatro décadas sou um ativo soldado do movimento socialista. Assisti aos primeiros passos do nosso partido, participei dos combates da Comuna húngara, da dura luta contra o tirat de Horthy. Depois de longos anos de carcere pude viver até os dias em que a poderosa União Soviética libertou nossa Pátria e pude estar nas fileiras dos comunistas húngaros na luta tenaz e cheia de sacrifícios travada em nosso país para a vitória da grande causa do socialismo. Confio em que o nosso partido, unanimemente, apoiando-se no povo trabalhador, dentro do espírito do XX Congresso, superará todas as dificuldades, vencendo o inimigo e fortalecendo-se na luta, e marchará para diante pelo caminho da democracia e da construção socialista, para um futuro melhor!»

ACEITO O PEDIDO

O Comitê Central aceitou o pedido de afastamento do camarada Rakosi do cargo de primeiro secretário do CC do Partido Húngaro dos Trabalhadores, adotando uma decisão na qual se diz:

«Reconhecendo os méritos do camarada Matias Rakosi ante o movimento operário húngaro e internacional na luta por um futuro melhor para o povo húngaro, pela Hungria socialista, nos termos da carta do camarada Rakosi e do seu pedido formulado pessoalmente. Libera-o das funções no Birô Político e do cargo de primeiro secretário do Comitê Central.»



Matias Rakosi

O NOVO PRIMEIRO SECRETÁRIO

O Pleno do Comitê Central do Partido Húngaro dos Trabalhadores elegeu por unanimidade primeiro secretário do Comitê Central o camarada Erno Gero.

Critica o C.C. do P.O.U.P. a Centralização Excessiva

Importante reunião do Comitê Central do Partido Operário Unificado da Polônia realizou-se a 16 do corrente, que debateu o informe apresentado por Ochab, primeiro secretário do Partido, sobre problemas da política econômica e administrativa, cujas insuficiências foram criticadas em profundidade.

Em seu informe, Ochab criticou severamente a excessiva centralização da direção econômica. «Este sistema — observou — levou à perpetuação e ao exagero dos erros existentes, tornando sua correção praticamente impossível». A lentidão em corrigir esses erros levou a um afrouzamento dos laços estreitos que devem ligar a direção econômica do país às grandes massas operárias e camponesas e possibilitou a ação de elementos provocadores entre as massas trabalhadoras de Poznan.

A reunião do C. C. do P.O.U.P. pronunciou-se pela necessidade de serem imediatamente aumentados os salários dos operários e as rendas dos trabalhadores agrícolas e de se assegurar uma participação maior dos operários na gestão das empresas. Foi proposta a descentralização do sistema administrativo, industrial e agrícola e a passagem da direção dos estabelecimentos industriais aos Conselhos Populares.

O informe apresentado por Ochab preconizou, também, a construção imediata de 1.200.000 novas residências para o melhoramento das condições de habitação dos trabalhadores.

Quanto à política agrária, a reunião do CC do P.O.U.P. condenou os desvios sectários que se verificam em certas regiões em relação aos camponeses médios, injustamente qualificados de «kulaks». Defendeu, por outro lado, uma política flexível de reeducação dos próprios «kulaks», que lhes possibilite transformarem-se em camponeses médios.

VOLTAM AO TRABALHO OS DEMITIDOS DA CONFIANÇA

Vitória dos trabalhadores contra a ofensiva patronal para burlar o salário-mínimo

VOLTARAM ao trabalho os demitidos da Fábrica Confiança (tecelagem, Distrito Federal), após vários dias de luta contra a odiosa medida dos patrões, que dispuseram, em massa, os trabalhadores às vésperas do aumento do salário-mínimo.

Os demitidos da Confiança — centenas — empenharam-se em uma luta tenaz através do Sindicato, pela readmissão. Foram às ruas, protestaram junto ao ministro do Trabalho e à Câmara, exerceram pressão junto às autoridades e conseguiram por fim, que o Ministério do Trabalho (DNT) promovesse uma mesa-redonda entre patrões e trabalhadores, na qual ficou decidida a readmissão. Os operários contaram com a solidariedade ativa de outros setores profissionais, também ameaçados pela política patronal de ofensiva contra o novo salário-mínimo.

LUTAR CONTRA O DESEMPREGO

A despedida de trabalhadores é um dos processos a que estão recorrendo os patrões, em sua luta contra o novo salário-mínimo. No Rio não somente os tecelões da Confiança foram, às centenas, atirados à rua. Milhares de operários de outros setores, principalmente da construção civil, foram despedidos. Em São Paulo é considerável o número dos desempregados. Na Bahia, os industriais da tecelagem lançaram ao desemprego centenas de operários. Em outros Estados o mesmo se repete.

Tendo à frente seus sindicatos, os trabalhadores brasileiros começam a lutar, com vigor, não só para assegurar o pagamento do salário-mínimo a 1º de agosto — derrotando as tentativas patronais para adiar a vigência do aumento até 16 de setembro — como para impedir que os patrões continuem lançando ao desemprego e à fome milhares de operários e empregados

A URSS AJUDA CONCRETAMENTE OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Os créditos soviéticos para o desenvolvimento dos países não-socialistas já igualaram ou ultrapassaram os créditos dos EE.UU. ao exterior — Relatório de uma comissão senatorial norte-americana

Os melos imperialistas norte-americanos estão em pânico diante do êxito das medidas soviéticas de ajuda ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Esta semana foi dado a publicidade, em Washington, o texto do relatório de uma comissão senatorial encarregada de estudar o assunto, particularmente no que se refere à América Latina. O relatório revela a inquietação dos círculos monopolistas lanques com a amplitude que assume a ajuda soviética a diversos países.

POR QUE ESTÃO INQUIETOS?

Esta inquietação tem dois motivos: 1º) — A ajuda soviética aos países subdesenvolvidos, baseada no respeito à soberania nacional dos povos que a recebem e no princípio da mais rigorosa reciprocidade, independente de quaisquer exigências políticas ou pressão econômica, desmascara o caráter imperialista do chamado Ponto IV norte-americano;

2º) — A ajuda soviética, permitindo a industrialização de uma série de países e o desenvolvimento independente de suas economias, tem sido um fator de primeira or-

dem para a libertação desses povos do jugo semicolonial a que eram submetidos pelos monopólios imperialistas americanos e ingleses.

436 MILHÕES DE DÓLARES

O relatório da comissão senatorial norte-americana chega à conclusão de que «os programas soviéticos de ajuda econômica ao exterior talvez tenham igualado, ou mesmo ultrapassado, os dos Estados Unidos». O total de créditos abertos pela URSS para ajuda aos países subdesenvolvidos (isto é, situados fora do campo do socialismo) soma, segundo o relatório, a mais de 436 milhões de dólares.

AJUDA SOVIÉTICA À AMÉRICA LATINA

Além de um grande número de países da Ásia e da África, algumas nações sul-americanas já se estão beneficiando da ajuda soviética, constata o relatório lanque. A Argentina é um deles.

A URSS financiou uma nova fábrica de automóveis naquele país, com um equipamento equivalente a 2.500.000 dólares.

Outros países do campo socialista têm prestado, também, ajuda a países latino-americanos.

A Tchecoslováquia comprometeu-se a construir uma mina de beneficiamento de carvão na Argentina; firmou diversos acordos de ajuda ao Paraguai, ao qual abriu, no ano passado, um crédito de 15 milhões de dólares para a compra de mercadorias essenciais.

A República Democrática Alemã concluiu com a Argentina um acordo, em princípio, para uma transação comercial de troca de valor de 27.500.000 dólares, durante cinco anos. A Argentina trocará pescado em conserva por navios, lanchas motoras e câmaras frigoríficas.

O governo do sr. Kubitschek, no entanto capitulando à pressão norte-americana, mantém-se insensível à evidência de que o Brasil só teria muito a lucrar com um amplo intercâmbio com a URSS e todo o campo socialista.

EXPRESSIVA VITÓRIA DOS AEROVIÁRIOS

Depois de seis dias de greve os trabalhadores da aviação comercial voltaram ao trabalho, no início desta semana, conquistando expressiva vitória. O movimento grevista paralisou 90% do tráfego aéreo, não atingindo, porém, os setores onde as reivindicações dos aviários foram desde logo atendidas, como na Varig. Os grevistas mantiveram-se firmes diante da pressão do governo e dos patrões que

visavam a todo custo abortar a greve.

Sob pressão patronal, o Ministério do Trabalho declarou «ilegal» o movimento grevista, visando, com isso, intimidar os aviários com o decreto fascista 9.070. Esse recurso, porém, fracassou, e o acordo assinado com as empresas estabeleceu, por exigência dos trabalhadores, a não punição dos que participaram da greve. De-

pois do acordo assinado pelos empregados, os patrões tentaram, à última hora, introduzir modificações em seu texto, visando adiar a vigência do aumento que foram obrigados a conceder e, particularmente, abrir uma brecha por onde pudessem punir os grevistas. Estes, porém, repeliram energicamente a manobra, recusando-se a aceitar as modificações.

As Palavras de PRESTES

A ENTREVISTA DO CAMARADA PRESTES SOBRE OS ATUAIS ACONTECIMENTOS EM NOSSO PAÍS CONSTITUI UM GUIA PARA A AÇÃO POLÍTICA DE NOSSO POVO. QUE IDÉIAS FUNDAMENTAIS EXPRESSA O CAMARADA PRESTES?

Orientam Para a AÇÃO

1. AVANÇA O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO DAS FÓRÇAS DEMOCRÁTICAS E PATRIÓTICAS EM NOSSO PAÍS.

Vejamos alguns fatos que comprovem esse avanço:
— A vitória dos trabalhadores na luta pela fixação de novos níveis para o salário-mínimo; as vigorosas demonstrações dos trabalhadores de todo o país, particularmente as manifestações grevistas do Maranhão e Rio Grande do Sul.

— Os novos passos na organização da luta popular contra a carestia, baseados na unidade de ação entre operários, estudantes, donas de casa e outras camadas da população, inicialmente conseguida em São Paulo e depois no Rio, com a instalação solene da Comissão Permanente Contra a Carestia.

O crescente movimento de protesto contra a atual política exterior do Brasil. Recentes discursos como o do deputado udenista Newton Carneiro que, ao dar impressões sobre sua viagem aos países do campo socialista, mostrou as possibilidades e vantagens do intercâmbio comercial com esses países.

— Os últimos pronunciamentos de destacadas figuras de nossas Forças Armadas em defesa da solução patriótica para o problema do petróleo e contra a exportação de minérios radioativos.

2. O ASCENSO DAS FÓRÇAS DEMOCRÁTICAS EM NOSSO PAÍS TEM SUAS RAÍZES NOS SEGUINTE FATOS:

— O crescente descontentamento das massas trabalhadoras diante a situação de miséria e exploração que são submetidas;

— A insatisfação de setores cada vez maiores da burguesia nacional, particularmente em face do monopólio norte-americano de nosso comércio exterior;

— O ódio crescente de nosso povo ao opressor

norte-americano;

— A continuada diminuição da tensão internacional, com o afastamento do perigo de guerra imediato e o estreitamento de relações amistosas entre povos com regimes políticos diferentes;

— A atividade esclarecedora e o esforço unificador dos comunistas.

3. O ATUAL GOVERNO, PORÉM, AO INVÉS DE OBEDECER À VONTADE POPULAR, CEDE À PRESSÃO DA MINORIA REACIONÁRIA QUE DEFENDE SUAS POSIÇÕES E OS INTERESSES DOS MONOPÓLIOS NORTE-AMERICANOS. SÃO TESTEMUNHO DISSO:

— A ilegal suspensão do funcionamento de entidades patrióticas e de trabalhadores;

— O assalto policial aos depósitos da revista «Problemas» e as reiteradas ameaças à imprensa po-

pular;

— O discurso entreguista de Juscelino Kubitschek em Ribeirão Preto e sua participação na Conferência do Panamá.

4. DIANTE DA ATUAL ORIENTAÇÃO DO GOVERNO, OS COMUNISTAS MANTÊM, COMO ANTES, UMA POSIÇÃO INDEPENDENTE:

— Protestamos enérgicamente contra todos os atos antidemocráticos do governo, contra quaisquer violências policiais e tentativas de impor ao país, um retrocesso reacionário;

— Exigimos do governo medidas concretas contra

a carestia e por melhores condições de vida para as massas trabalhadoras;

— Alertamos o povo para que esteja vigilante e pronto para impedir qualquer passo que vise à liquidação da soberania do país e à instauração de uma ditadura fascista.

5. O ESSENCIAL, NO MOMENTO, É UNIR AS MAIS AMPLAS FÓRÇAS DEMOCRÁTICAS E PATRIÓTICAS EM TÓRNO DA SEGUINTE PLATAFORMA:

— Defesa das liberdades democráticas, especialmente do direito de associação e livre manifestação do pensamento. Pela anistia ampla e contra todas as discriminações injustas.

— Defesa da soberania nacional.

— Medidas práticas contra a carestia de vida; pela elevação dos salários.

— Estabelecimento de relações amistosas com todos os povos.

6. NA LUTA POR ESTA PLATAFORMA, O QUE DECIDE É A UNIDADE E A ORGANIZAÇÃO DE TODOS OS QUE QUEREM O PROGRESSO DO PAÍS.

— Estendemos a mão a todos e estamos dispostos a marchar com todos e, inclusive, a apoiar o governo que se declare disposto a realizar esta plataforma.

— É preciso dar à luta um caráter legal e organizado

e estar alerta contra os que pretendem desvirtuar as justas lutas do povo e criar um ambiente que justifique as violências policiais e um novo estado de sítio.

Diante de cada medida reacionária do governo, de cada ameaça às liberdades e à soberania nacional é indispensável protestar, não ceder, é com a força organizada das massas obrigá-lo a recuar e, ao mesmo tempo, conquistar novas posições que permitam o ulterior desenvolvimento da democracia no país»

LUIZ CARLOS PRESTES

Como Trabalhar Com a Entrevista

1

DISCUTIR, FAZER PALESTRAS E DEBATES NOS LOCAIS DE TRABALHO, NAS CONCENTRAÇÕES RESIDENCIAIS, NAS ESCOLAS, ETC.

— Argumentar sempre com os últimos acontecimentos e com exemplos vivos relacionados com a experiência da própria massa.

2

TORNÁ-LA CONHECIDA DE TODO O POVO

— Reproduzir nos jornais
— Imprimir, toda ou parcialmente, em volantes, cartazes, etc.
— Afixar em jornais-murais
— Divulgar através de auto-falantes, rádio, etc.

3

ORGANIZAR AS MASSAS NA LUTA PELA PLATAFORMA

— lutar pelas reivindicações específicas locais
— organizar a luta popular contra a carestia
— protestar contra os atos anti-democráticos do governo
— exigir o reatamento de relações com todos os países.

Rechaçada a Provação Divisionista Contra o Pacto de Unidade

NAS ASSEMBLEIAS sindicais os trabalhadores rechaçaram, entusiasticamente, as provocações políticas visando cindir o Pacto de Unidade e isolar os comunistas, ferozes defensores dos interesses e aspirações das massas. Policiais infiltrados pela DOPS conseguiram fazer nas assembleias, numa tentativa de desmoralizar o Pacto e arrastar a massa a uma aventura que permitisse à polícia invadir violentamente contra os operários e seus dirigentes e frater, assim, o grandioso processo de unificação dos operários e do povo paulista, na luta contra a carestia da vida. Em todas as assembleias os trabalhadores aclamaram e reafirmaram o Pacto de Unidade, reafirmando sua confiança. NA FOTO: reunidos no Sindicato, líderes aclamam o Pacto de Unidade e a unidade dos operários e do povo na luta por suas reivindicações comuns.



SÃO PAULO IRÁ À GREVE GERAL

SE O GOVERNO FALTAR AO COMPROMISSO

TRABALHADORES, ESTUDANTES, DONAS DE CASA, TODO O POVO PAULISTA DISPOSTO A DETER A CARESTIA — CÉRCA DE 100 SINDICATOS NO PACTO DE UNIDADE

OS TRABALHADORES e o povo paulista paralisarão São Paulo no dia 10 de agosto, se o governo não cumprir os compromissos assumidos com o Pacto de Unidade Intersindical e deixar de atender as reivindicações em defesa das quais o Pacto convocou a greve para a zero hora do dia 20. Os operários, estudantes, donas de casa, todo o povo da capital paulista estão dispostos a deter a carestia, conseguir o congelamento dos gêneros essenciais, conquistar a liberdade do movimento sindical. As jornadas de grandes massas populares de São Paulo constituem acontecimento nacional e poderão desempenhar importantíssimo papel na liberdade e por dias melhores.

CEDE O GOVERNO AOS TRABALHADORES

A convocação da greve geral, para o dia 20, culminou nas grandes jornadas iniciadas em março, pelo aumento do salário-mínimo, o congelamento dos preços de gêneros essenciais e contra a elevação das tarifas de transportes urbanos. O pacto de Unidade Intersindical, formado por cerca de 80 Sindicatos do Estado, com o apoio da Comissão Paritária de Operários e Estudantes, apresentou as reivindicações concretas dos tra-

balhadores e do povo; aumento do salário-mínimo, congelamento de sete gêneros essenciais, redução das contribuições de previdência (aumentadas para 7%), revogação do decreto anti-greve 9.070. A fixação do salário-mínimo de Cr\$3.700,00 no dia 14 foi uma vitória parcial. O Pacto convocou a greve geral de 24 horas para o dia 20, pelas demais reivindicações. A decisão foi ratificada em dezenas de assembleias sindicais entusiásticas, que se realizaram nos dias 15 e 17, e que representavam mais de meio milhão de trabalhadores de São Paulo e ABC, (Santo André, São Caetano e São Bernardo).

O governo sentiu que os trabalhadores não estavam brincando. No dia 18 um aviso especial (estava em greve a aviação comercial) trouxe ao Rio, para entendimentos com o Ministério do Trabalho, representantes do Pacto de Unidade, constituída Comissão Executiva do Pacto pelos dirigentes sindicais Luis Tenório de Lima, Bocha Mendes, Gabriel Greco, Nelson Rustiel, Antônio Pina, Luis Firmino de Lima e Alberto Ferreira. Em nome do governo o sr. Parsifal Bampi comprometeu-se a atender às reivindicações, no prazo de 20 dias. Na tarde do dia 19 confirmava, em telegrama ao governador Jânio Quadros, o compromisso, diante do qual o Pacto de Unidade resolveu adiar por 20 dias a greve geral, que foi então marcada para o dia 10 de agosto, se o governo faltava à palavra empenhada.

A preparação da greve ge-

ral intensificou-se uma semana antes do dia 20. A palavra de ordem do Pacto de Unidade — parar São Paulo por 24 horas — foi aceita com entusiasmo pelos trabalhadores. Por decisão de suas assembleias, numerosos sindicatos (Têxteis, Metalúrgicos, Sapateiros, Trabalhadores em Curtumes, etc.) desligaram operários da produção para formar nos piquetes de preparação do movimento, nas empresas. Centenas de piquetes desfilam, diariamente, às portas das fábricas, discutindo com os trabalhadores, realizando reuniões e palestras. Operários em férias apresentavam-se nos seus sindicatos, incorporando-se à preparação do movimento. Volantes, cartazes e outras iniciativas de propaganda convocavam todo o povo a paralisar o trabalho no dia 20 e debatiam as reivindicações apresentadas pelo Pacto de Unidade. As diretorias dos sindicatos desfilam às empresas para debater os objetivos do movimento e assegurar seu pleno êxito. Os trabalhadores rejeitam as tentativas de alguns patrões reacionários, de impedir a propaganda da greve em suas empresas. Na São Paulo Albergatas (tecelagem, 4 mil operários) e na Vigor (latifúndios), por exemplo, exigiram e conseguiram a retirada dos policiais que os patrões requisitaram para intimidá-los. Empresas nas quais não se tem lembrança de uma greve total (Antártica, 10 mil operários, por exemplo) estavam prontas para parar.

Os estudantes, que lutam

senhores do governo não saíram de demagogia, dentro de vinte dias nós mostraremos a eles que não se brinca com a classe operária! — exclamou, perante a grande assembleia dos metalúrgicos, o vice-presidente do Sindicato, José de Araújo Plicito, sob prolongados aplausos.

Os oradores defenderam a decisão do Pacto em nome da unidade — «nossa grande arma, que levou o governo a recuar agora e o levará a atender nossas reivindicações», afirmava. Todas as assembleias sindicais ratificaram a decisão. Todos os sindicatos (de São Paulo e ABC) declararam-se em assembleia permanente até 10 de agosto — até a vitória.



«NOSSA FORÇA É A UNIDADE!»

Desde a manhã do dia 19 a cidade de São Paulo começou a preparar-se, com entusiasmo, para a greve do dia seguinte. A greve estava nas manchetes da maioria dos jornais, nos noticiários das emissoras e em todos os comentários. Era intensa a agitação nas portas das empresas; nos bairros operários. As 14 horas começou a reunião da Comissão Executiva do Pacto de Unidade, para decidir sobre a atitude a tomar frente aos compromissos assumidos pelo governo. Não era possível mais confiar em palavras. As 16 horas um emissário do governador chegava à reunião, levando o telegrama do Ministro do Trabalho, reafirmando os compromissos. A maioria decidiu dar ao governo um prazo de 20 dias para cumpri-los, adiantando a greve para 10 de agosto.

Eram 18 horas. Dezenas de comícios realizavam-se em toda a cidade. Começaram, já, a paralisar, em algumas paralizações, nos jornais matutinos, etc. Os trabalhadores dirigiam-se aos sindicatos, para as assembleias.

A esta hora tiveram início as maiores assembleias sindicais dos últimos tempos, em São Paulo. Algumas, como a dos metalúrgicos, foram tempestuosas. «Estamos cansados de esperar», diziam os trabalhadores. «Se os compromissos assumidos pelos



O PACTO de Unidade Intersindical surgiu das lutas dos trabalhadores paulistas pelo salário-mínimo, que se intensificaram no mês de março. Nessa época realizaram-se reuniões semanais dos dirigentes dos sindicatos, paralelamente às assembleias dos sindicatos, que aprovaram o salário-mínimo de Cr\$ 4.110,00 (depois Cr\$ 4.608,00) e decidiram lutar contra o aumento das contribuições de previdência. A ameaça de elevação das tarifas da CMTC fundia com a luta dos operários o combate de todo o povo contra a carestia. Em meados de abril os dirigentes sindicais convocaram uma concentração, em frente à Câmara Municipal, para protestar contra a elevação das passagens de ônibus e bondes pelo prefeito. Compareceram cerca de 200 pessoas. No dia 30 deste mesmo mês o comício intersindical, realizado no Anhangabaú pelo aumento do salário-mínimo e contra a carestia, já mobilizava mais de 3 mil pessoas. No dia 8 de maio mais de 7 mil pessoas desfilavam nas ruas centrais da cidade, exigindo anistia, revogação do decreto anti-greve 9.070 e congelamento dos preços. Forjava-se a unidade de amplas camadas dos trabalhadores e do povo, dirigidos pelos sindicatos. A 20 de junho cerca de 22 mil pessoas participavam da grande concentração na Assembleia Estadual e da passeata de protesto contra o aumento das tarifas da CMTC e pelo aumento do salário-mínimo. Nessa concentração realizou-se a 5 de julho, o Pacto de Unidade Intersindical, a cujo lado formaram-se a Comissão Paritária de Operários e Estudantes, tornara-se a força que unia e dirigia os trabalhadores e o povo. Com o apoio destes, marchou para a greve geral. (NAS FOTOS: o plenário (alto) e a Comissão Executiva do Pacto.)

UNIR E ORGANIZAR NAS EMPRESAS

COMO assinala a Proclamação do Pacto de Unidade Intersindical, a garantia da vitória dos trabalhadores e do povo está na união e organização de suas forças. E isso quer dizer, antes de tudo, unidade e organização nas empresas e locais de trabalho. Em muitas fábricas paulistas os delegados ou comissões de fábrica desempenharam um importante papel na preparação da greve geral marcada para o dia 20. A experiência destas fábricas, do trabalho de seus delegados e comissões, não será a única dos trabalhadores de todas as demais a organizarem-se.

A organização de comissões de massa, nas empresas e locais de trabalho, nos bairros, etc., a mobilização das camadas dos trabalhadores que ainda não participam ativamente da luta nos sindicatos, o esclarecimento das amplas massas femininas e da juventude — tal é a tarefa em que estão empenhados, hoje, os operários paulistas. Isso é indispensável para garantir a vitória das reivindicações defendidas pelo Pacto de Unidade Intersindical, para obrigar o governo a cumprir os compromissos assumidos e para assegurar o completo êxito da greve geral de 10 de agosto, se o governo faltava à palavra.

A vanguarda dos trabalhadores paulistas saberá, por certo, empenhar todos os esforços para unir, organizar e levar à vitória a classe operária e o povo de São Paulo.

A PALAVRA de ordem da classe operária — greve geral de 24 horas — caiu profundamente no povo paulista. Desde o dia 18 a população começou a viver sob o signo da greve, convocada para a zero hora do dia 20. No momento em que chegou ao conhecimento público a decisão do Pacto de Unidade, de adiar a greve por 20 dias, em face dos compromissos assumidos pelo governo, de atender às reivindicações formuladas pelos sindicatos e organizações estudantis, centenas de milhares de paulistas — trabalhadores, estudantes, empregados, donas de casa, funcionários, pequenos e médios comerciantes e industriais — preparavam-se para cumprir a decisão do Pacto Intersindical: parar São Paulo por 24 horas.

Eram cerca de 18 horas. Estabelecimentos comerciais fechavam suas portas, para só reabrir no dia 21. Nos bairros as donas de casa concentravam-se nos armazéns e padarias, fazendo as compras para o dia seguinte, quando tudo estaria fechado. A greve era o assunto de todos os comentários. A população aclamava e aprovava a greve em centenas de comícios que naquela hora se realizavam, nas filas de ônibus, pontos de bonde e locais de concentração popular.

Batendo-se consequentemente pelos interesses das várias camadas populares, que se fundem com seus próprios interesses, é assim que a classe operária conquista, na prática, o papel de vanguarda que lhe cabe nas lutas do povo.



O GOVERNO foi obrigado a levar em conta a força organizada dos trabalhadores, da qual o Pacto de Unidade Intersindical é uma brilhante expressão, e a entrar em entendimentos com estes. No dia 18, estando em greve a aviação comercial, um avião especial foi posto à disposição dos dirigentes do Pacto para que viessem ao Rio, negociar com as autoridades do Ministério do Trabalho, que se comprometeu a ceder às reivindicações dos trabalhadores. Por seu turno o governo estadual de São Paulo declarou-se disposto a manter entendimentos com os dirigentes sindicais, dando à disposição destes as três vagas que lhe cabem na COAP e autorizando-os a fiscalizarem a execução do tabelamento dos gêneros, bem como abrindo aos sindicatos crédito, no Banco do Estado, para a compra de gêneros a serem vendidos à população, diretamente, pelos próprios sindicatos. NA FOTO ACIMA: os dirigentes do Pacto de Unidade em conferência com o governador Jânio Quadros.

«QUE TODOS continuem mobilizados e organizados em assembleias permanentes! Que ninguém se deixe iludir, supondo que a vitória integral já foi conquistada! O simples compromisso do telegrama (do Ministro do Trabalho ao governador Jânio Quadros) já representa um êxito do nosso movimento. Que todos continuem firmes na luta por suas reivindicações, constantes do nosso manifesto! Saibamos aproveitar estes dias para reforçar e ampliar nossa organização e união! A vitória completa só dependerá de nós mesmos. Não acreditemos nos que pretendam desmobilizar-nos e dividir-nos. O êxito da luta estará em nossa própria força, que não mais poderá ser detida por ninguém. Confiança e fé na vitória!» (Da Proclamação dirigida aos trabalhadores paulistas pela Comissão Executiva do Pacto de Unidade, no dia 19).

NAS FOTOS A DIREITA: 1) — aeroviários grevistas, reunidos para debater o prosseguimento de sua luta, expressam seu apoio à luta dos trabalhadores paulistas; 2) — aspecto da assembleia dos metalúrgicos, na noite de 19, que, após cinco horas de agitados debates, ratificou a decisão do Pacto de adiar a greve.



Contra Política do Trigo — Exigem Os Interesses da Economia Nacional

da R. — Em reportagem anterior abordamos alguns aspectos da cultura do trigo e anunciamos a ruínoza ação do Bung & Born. Abordaremos agora as soluções apontadas para o problema.

Não se pode fazer uma análise da política tritícola do governo, simplesmente porque não há e nunca houve tal política. Os governos brasileiros jamais enfrentaram o problema de tornar o Brasil auto-suficiente em matéria de trigo. Jamais puseram em prática um plano para solucionar o problema, jamais adotaram medidas em defesa da produção nacional e contra a nefastante monopólio do Bung &

Born. Agora, por exemplo, os moinhos sonem a farinha de trigo no Distrito Federal, para forçar uma alta, enquanto os jornais publicam diariamente que o trigo nacional apodrece no Rio Grande do Sul por falta de silos e transporte.

Isso indica que o governo do sr. Juscelino Kubitschek continua no mesmo caminho, o da omissão.

O Serviço de Expansão do Trigo foi criado em 1944 com as atribuições, entre outras, de «incrementar a produção do trigo em território nacional» «elaborar e realizar um programa de expansão da área tritícola nacional», «proceder à instalação de silos e armazéns para estocagem do trigo nacional» e «fiscalizar e orientar o comércio e a industrialização de trigo no país».

Nenhuma dessas finalidades têm sido cumpridas pelo S.E.T., que não passa de uma entidade burocrática, às vezes aplicando uma panacéia, mas sempre dizendo amem às pretensões do Bung & Born. Até há pouco suas verbas mal davam para o pagamento dos funcionários.

COMISSÃO DE INQUÉRITO DESVENDA FRAUDE? A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul onde se refletem sempre as reivindicações dos triticultores, nomeou uma comissão de inquérito para investigar as fraudes que prejudicavam a produção nacional. Entre outras coisas, descobriu-se que 38 moinhos praticaram fraudes e foram exibidas certidões (números 601, 602, 603 e 605, de 1954) assinadas pelo Inspetor do S.E.T. e certificando que o Moinho Fluminense (do Bung & Born) adquirira através da Brasil-arroz Ltda. (do Bung & Born) 23.314.577 quilos de trigo nacional, quando era fácil verificar que essa quantidade não poderia ter sido comprada na época declarada. Era a compra de «trigo-papel», imediatamente legalizada pelo S.E.T.

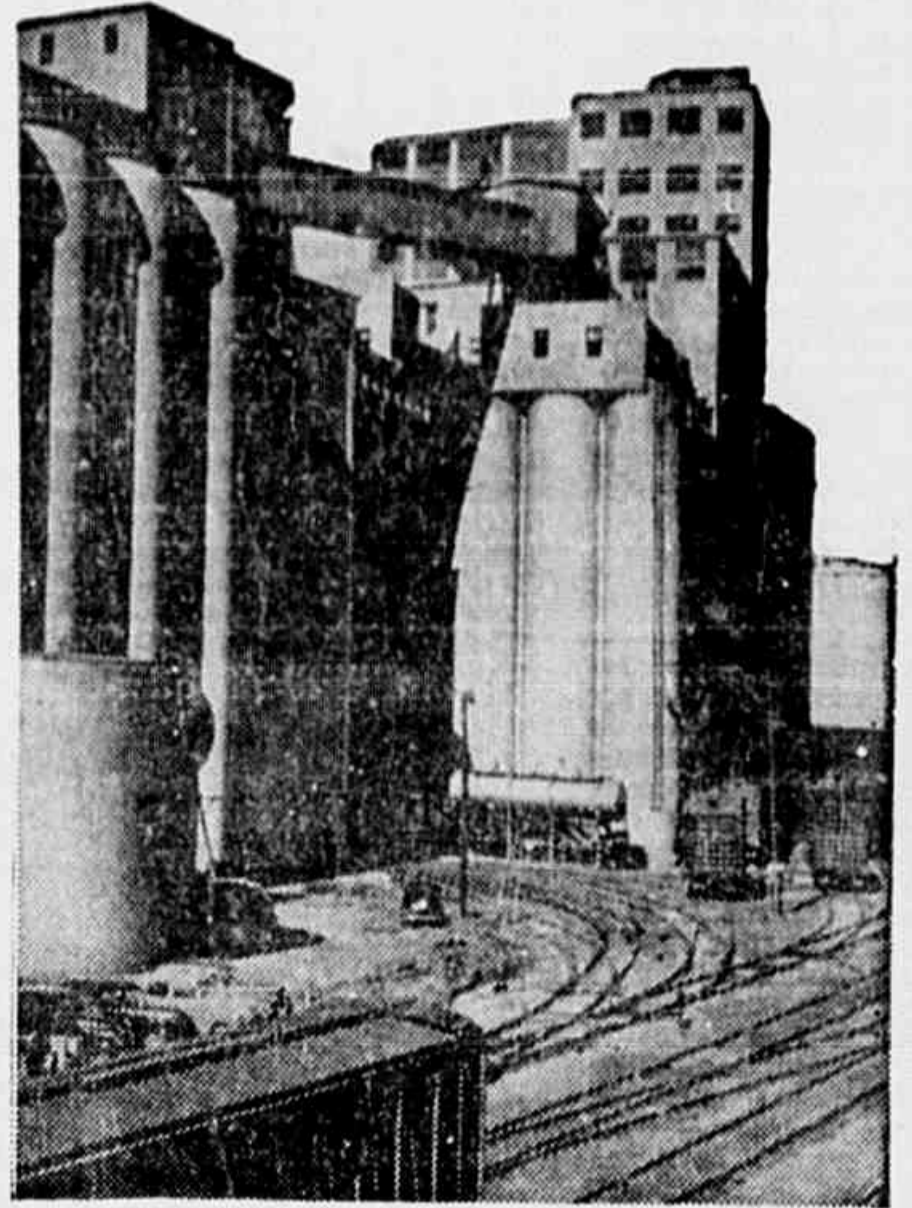
Logo depois o S.E.T. foi acusado por um deputado do PTB de estar a serviço do traste, fazendo descarregar enormes quantidades de trigo importado nos portos gaúchos, em plena safra daquele Estado, com o evidente propósito de aniquilar a produção nacional. O atual diretor dessa entidade, por outro lado, é tido como amigo do Bung & Born desde quando, como diretor do Instituto Riograndense do arroz, favoreceu grandemente a já citada Brasil-arroz, em certa manobra de especulação.

Diante da situação dramática em que se encontra a triticultura nacional e diante do enorme gasto anual de divisas para importação de trigo, não é possível que o governo continue desconhecendo o problema ou aplicando panos quentes que nada resolvem. Os triticultores exigem uma atuação patriótica do governo, exigem medidas profundas para resolver a questão:

adoção de preço único médio, crédito e garantia de venda da produção, equipamentos e real auxílio agrônomo, construção de silos e armazéns, transporte para a produção nacional.

OS AUTORES DAS FRAUDES

As investigações realizadas pela Comissão de Inquérito da Assembléia Legislativa gaúcha para apurar quais as entidades moageiras que praticam fraudes («trigo-papel», «nacionalização do trigo», «passio do trigo») revelaram os seguintes nomes de moinhos (destacando-se os do Bung & Born), entre outros: Moinhos Riograndenses S. A., Moinho Inglês, Grandes Moinhos do Brasil, Baía Industrial S. A., Moinho Paulista Ltda., Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Companhia Brasileira de Moagem, Anacônda Industrial e Agrícola, Moinho São Paulo S. A., Moinho Guanabara — Dianda Lopez e Cia. Ltda., Moinho Atlântico e outros.



A construção de silos é uma medida absolutamente indispensável num país que deseje produzir trigo. Entretanto, há décadas essa tarefa vem sendo adiada pelos sucessivos governos, o que tem causado grandes prejuízos à triticultura nacional e acarretado o apodrecimento anual de enormes quantidades de trigo.

O TRIGO NO BRASIL ★

ANOS	PRODUÇÃO NACIONAL (tons.)	ÁREA CULTIVADA (hectares)	RENDIMENTO MÉDIO (q/H/ha)	IMPORTAÇÃO (tons.)
1940	101.107	201.091	506	883.000
1941	231.454	271.874	851	920.000
1942	216.867	277.265	782	968.000
1943	223.108	291.807	765	1.078.000
1944	170.586	328.487	519	1.302.000
1945	233.298	315.548	739	1.287.000
1946	212.514	300.842	706	551.000
1947	359.363	391.555	918	1.009.000
1948	405.135	536.334	755	872.000
1949	437.506	630.102	694	989.000
1950	532.351	652.453	816	1.237.000
1951	423.646	724.875	683	1.393.000
1952	689.500	809.579	852	1.265.000
1953	771.692	910.414	848	1.657.000
1955	982.861	1.085.108	906	1.842.691

★ SEGUNDO DADOS DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO (DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA)

Um dos ramos brasileiros do Bung & Born é o «Moinho Fluminense S. A.» (na foto), que juntamente com outros moinhos controlados pelo truste, dominam mais de 60% da capacidade moageira instalada no país. Esse virtual monopólio do Bung possibilita-lhe não só sabotar e prejudicar de várias maneiras a triticultura nacional, como impor o preço da farinha de

trigo e provocar, consequentemente, a elevação do preço do pão (como está pretendendo atualmente).



VOZ OPERÁRIA

Diretor de publicações
Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:
Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 Tel. 42.7344
Endereço telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZPÉRIA

Este semanário é reimpresso em SÃO PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE e FORTALEZA.

Soluções Viáveis Para o Problema

Em inúmeros congressos e conferências os triticultores têm encaminhado ao governo sugestões concretas para a solução do problema do trigo. Outras iniciativas são tomadas na Assembléia Legislativa gaúcha e na Câmara Federal, como o recente projeto Leo-

berto Leal. Não é por falta de propostas sugestões e planos viáveis que o governo deixará de adotar uma política positiva e patriótica para solucionar o problema. Algumas das medidas que têm sido apresentadas são as seguintes:

NA POLÍTICA ECONÔMICA DO TRIGO

1. Fixação do preço único médio para todo o trigo a ser moído no país. O governo importará, com câmbio oficial, a quantidade estritamente necessária para, juntamente com a produção nacional, atender ao consumo do país. Fixará um preço único (média entre os dois preços atualmente vigentes) e com o lucro que obtiver com o trigo importado adquirirá a produção nacional pelo mesmo preço.

atual (ou subsidiará os triticultores na diferença dos preços), o que será um estímulo à triticultura do país. Essa medida acabará com as fraudes — pois os moinhos comprarão o trigo, nacional ou estrangeiro, por um preço só — e facilitará o escoamento da produção brasileira, pois os moinhos não terão razão para deixar de adquiri-la.

2. Fixação do preço mínimo antes da época de plantio no sul do país;
3. Financiamento na base de 100% para todos os triticultores (e não só para os grandes produtores), desde o início da safra e a juros módicos;
4. Garantia de venda da produção;
5. Concessão de crédito e de facilidades, sem discriminação, para que os triticultores possam adquirir máquinas agrícolas;
6. Diversificar os mercados de importação de trigo, comprando preferencialmente onde se economizem dólares.

SILOS, ARMAZENAGEM E TRANSPORTES

1. Início da construção de uma rede de silos e armazéns para estocagem do trigo até sua entrega aos moinhos. Uma parte dessa rede deve ser construída em caráter de emergência;
2. Transporte do trigo do sul do país para os demais pontos de consumo em caráter preferencial, pelas vias férreas e pela marinha mercante nacional.

NO SETOR AGRÔNOMICO

1. Intensificação dos estudos para seleção de espécies de trigo de mais alto rendimento e que melhor se adaptem às diferentes regiões do país que possam produzir trigo;
2. Estímulo ao desenvolvimento de novas áreas tritícolas no país: São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Goiás, etc., além dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina;
3. Ampliação e diversificação do número de estações experimentais, fornecedora de sementes selecionadas, etc.;
4. Trabalho de esclarecimento junto aos triticultores sobre a preparação das terras com adubos e fertilizantes para se obter melhor produção e concessão de facilidades para adquiri-los.

Propõe o Sindicato dos Colonos Mesa-Redonda Com os Fazendeiros

MAIS DE dois mil e quinhentos colonos e trabalhadores agrícolas compareceram à assembleia do Sindicato Rural de Londrina (Norte do Paraná) realizada no dia 15 do corrente. A sede do Sindicato, no antigo cine Avenida, ficou completamente lotada, ficando centenas de colonos do lado de fora, de onde acompanharam o desenrolar da reunião. Em um clima de entusiasmo os colonos discutiram medidas concretas a adotar para a conquista de importantes reivindicações, a primeira das quais é o pagamento do salário-mínimo.

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

A assembleia aprova uma proposta à Associação Rural de Londrina, para realização de mesa-redonda na qual sejam solucionadas questões como o pagamento do salário-mínimo e outras. Foram designados os representantes do Sindicato à mesa-redonda. Ao ministro do Trabalho, e presidente da República foram enviados telegramas reclamando seja apressado o registro do Sindicato, já em andamento.

A LUTA PELO SALÁRIO-MÍNIMO

Os advogados do Sindicato, presentes à assembleia, esclareceram a questão do salário-mínimo. Atualmente os colonos vêm recebendo cerca de Cr\$ 2.500,00, anuais por mil pés de café, o que não lhes permite ganhar nem mesmo o salário-mínimo de 1954 (Cr\$ 1.350,00 mensais). Com a elevação dos níveis, pelo decreto de 14 do corrente, os fazendeiros estão obrigados a pagar Cr\$ 10.000,00 anuais por mil pés de café. Esclareceu o advogado que os colonos devem fazer memoriais nas fazendas e passar procuração, encarregando representantes de trazê-los ao Sindicato, a fim de que não sejam obrigados a vir, cada um de uma vez, a Londrina, o que toma

tempo e dinheiro. Isso facilitará, também, o trabalho dos advogados, que não poucos para atender ao enorme volume de petições.

Os oradores denunciaram o regime de exploração reinante nas fazendas, onde os direitos dos colonos não são respeitados pelos latifundiários.

SOLIDARIEDADE OPERÁRIA

Expressando a solidariedade dos operários, compareceram à assembleia representantes do Sindicato dos Marceneiros e Carpinteiros do Norte do Paraná, União dos Trabalhadores de Londrina e Associação Geral dos Trabalhadores de Araçongá. Esteve presente o presidente da ULTAB, sr. Geraldo Tibúrcio.

QUANTO DEVE GANHAR UM COLONO DE CAFÉ?

O QUE OS LATIFUNDIÁRIOS DEVEM PAGAR AOS COLONOS PELO TRATO DE MIL PÉS DE CAFÉ, DE ACÓRDO COM OS NOVOS NÍVEIS DO SALÁRIO-MÍNIMO

O DECRETO nº 39.604, de 14 de julho corrente, eleva os níveis do salário-mínimo em todo o país, beneficiando a todos os trabalhadores, inclusive os assalariados agrícolas. Estes cujo direito ao salário-mínimo é, de há muito, garantido pela Consolidação das Leis do Trabalho, mas quase nunca respeitado, devem, pois, desde logo, iniciar a luta para que os latifundiários lhes paguem o que têm direito.

A maioria dos latifundiários, nos vários Estados do país, não está pagando, ainda, nem mesmo o salário-mínimo decretado a 1º de maio de 1954. Os trabalhadores rurais só o recebem nas regiões ou fazendas onde, organizados em sindicatos, lutaram e conquistaram, com a luta, o pagamento de acordo com a lei. Isso é o que ocorre, por exemplo, nas fazendas de café de São Paulo e Norte do Paraná, cujos colonos têm recorrido à justiça e, ao mesmo tempo, realizado greves e protestos contra a burla a um direito que não lhes pode ser negado.

O NOVO SALÁRIO-MÍNIMO

Os colonos ganham uma quantia determinada pelo trato de mil pés de café, anualmente. Em geral os latifundiários pagam de Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 3.000,00 por mil cafeeiros, variando estas quantias para menos ou para pouco mais, conforme a região, conforme tenha ou não o colono o direito de plantar mantimentos na fazenda, etc. De qualquer modo, porém, isso está abaixo do salário-mínimo de 1954 e muito menos do novo salário-mínimo agora decretado.

De acordo com a lei, o colono deve ganhar, por ano, uma quantia igual a doze vezes o salário-mínimo mensal. No norte do Paraná, 2ª sub-região por exemplo, o mínimo agora é de Cr\$ 2.500,00 mensais. O colono deve, pois, ganhar, por ano, Cr\$ 30.000,00. Ora, como um trabalhador toca, em média, 3 mil pés de café, deve receber pelo menos Cr\$ 10.000,00 pelo trato de cada mil pés.

Outro exemplo: nos municípios paulistas de Franca, Ribeirão Preto, Catanduva e outros (4ª sub-região) o mínimo decretado a 14 do corrente é de Cr\$ 3.300,00. Um colono deve, portanto, receber por ano, Cr\$ 39.200,00. Considerando-se que ele toca, em média, 3 mil pés de café, o latifundiário deve pagá-lo, de acordo com a lei, Cr\$ 13.200,00 pelo trato de mil pés.

INTENSIFICAR A LUTA

Dezenas de milhares de assalariados agrícolas, em várias regiões do país, estão despertando para a luta e organizando-se. Os sindicatos rurais já organizados crescem impetuosamente, como ocorre, por exemplo, no norte do Paraná (o Sindicato de Londrina já conta com cerca de 10 mil sócios) e outros se organizam. A luta pelo pagamento do salário-mínimo é o elo capaz de mobilizar, organizar e levar à ação novas e novas dezenas de milhares de trabalhadores rurais no Brasil inteiro — o que será o fator mais importante e decisivo para o avanço das lutas no campo e o despertar de milhões de camponeses.

NA ZONA CACAUEIRA (BAHIA) CENTENAS DE DELEGADOS ELEITOS

EM TODA a zona cacauzeira do sul da Bahia continua desenvolvendo-se o trabalho preparatório da II Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da região. Dezenas de assembleias já foram realizadas em fazendas e distritos. Perto de quatrocentos delegados já foram eleitos, assim distribuídos: Urucuca e Banco do Pedro — 81; Jussari — 58; Coaraci — 33; Floresta Azul — 29; Núcleo colonial de Una — 27; Itapé — 25; Itajuípe — 24; Barro Preto — 20; Serra do Padeiro — 20; Banco Central — 14; Buerarema — 14; São José — 10; Ibicarai — 4.

Numerosas iniciativas vêm sendo tomadas pelos trabalhadores do cacau, para garantir o êxito da Conferência, que se realizará em Itabuna. Os assalariados rurais de Una, por exemplo, resolveram fazer caçirás para queimar carvão e serrar madeira, vendendo o produto e destinando a quantia apurada ao financiamento da importante reunião.

DEBATE DO TEMÁRIO

Nas assembleias preparatórias realizadas nos municípios e distritos da região do cacau vem sendo discutido o temário da Conferência. Os camponeses e trabalhadores rurais debatem o temário demonstrando como este inclui os seus mais urgentes e sentidos problemas, e denunciando a exploração crescente de que são vítimas.

Muitos fatos que estão sendo revelados evidenciam que os latifundiários não respeitam a lei do salário-mínimo nem os direitos legais conquistados pelos assalariados do cacau. Na "Fazenda Loanda" (Itajuípe) um trabalhador é obrigado a fazer 10 horas de serviço (das 7 às 17 horas) e ganha apenas Cr\$ 40,00 por dia. Além disso o pagamento costuma atrasar várias semanas e, quando não recebem dinheiro, os trabalhadores têm que comprar fiado, nas vendas da cidade, gêneros de pior qualidade e por preços mais caros.

O desrespeito à jornada de oito horas é comum na zona. Recentemente o trabalhador Milton Martins dos Santos, que trabalhava há mais de um ano na "Fazenda São Jorge" (Itajuípe) reclamou contra o horário de 10 horas e foi despedido sem indenização.

O seguro de acidentes também não é pago. O carpinteiro Francisco Barbosa, que trabalha, com muitos outros, na construção de barcas na "Fazenda Santa Fé" (Mutuns, Itabuna) foi acidentado, ficando um mês sem poder trabalhar e sem receber um centavo. Até os remédios teve que comprar de seu bolso.

Nas fazendas "Bonfim" e "Mundo Novo", (Itabuna) o fazendeiro reduziu os salários de Cr\$ 40,00 para Cr\$ 35,00 — isso quando o salário-mínimo na região era Cr\$ 45,00 diários. Agora, com os novos níveis, os trabalhadores reclamam o pagamento do que têm direito. O fazendeiro alega que reduziu os salários em consequência da queda do preço do cacau. Esta, porém, é consequência do monopólio americano sobre o comércio exterior do produto e a solução, no caso, é lutar pelo livre comércio com todas as nações do mundo, inclusive com os países socialistas. Os trabalhadores convidam os fazendeiros e todos os interessados no progresso da zona cacauzeira para lutarem por essa reivindicação.

OS 5 PONTOS DO TEMÁRIO

É o seguinte o temário da Conferência Sul Baiana de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas: 1) — luta pelo salário-mínimo e contra a carestia da vida; 2) — comércio livre para o cacau; 3) — estudo e defesa das leis sociais; 4) — campanha pela reforma agrária; 5) — atualização da "Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Sul Baiano".



Por Medidas Concretas De Proteção da Agricultura

A DECISÃO do governo, agora anunciada pela Comissão de Financiamento da Produção, de fixar os preços mínimos referentes ao ano agrícola de 1956/57, em agosto próximo, é uma vitória dos agricultores. Há dez anos temos leis que garantem os preços mínimos. Seus prazos, porém, jamais se cumpriram. A lei 1.506, de 1951, atualmente em vigor, determina a fixação dos preços mínimos três meses antes da sementeira e, nesse sentido, a adoção da medida em agosto já ultrapassa o prazo legal. De qualquer modo, porém, não ocorrerá — a concretizar-se a promessa — o que vinha ocorrendo, quando os preços mínimos eram fixados depois que o produto da colheita já se encontrava nas mãos

dos intermediários e especuladores.

Na safra passada, por exemplo, os mínimos foram fixados em abril, já decorridos quase seis meses do ano agrícola. Nessa época já os intermediários compravam as colheitas, especulando inclusive com a falta de transportes que, quando foi, em parte, suprida, só beneficiou aos especuladores. Se não tivessem sido máis as safras se tivesse havido abundância de colheitas, por certo o preço dos produtos teria sido ainda mais vil nas fontes de produção, para maior prejuízo dos lavradores e maior benefício dos intermediários.

Por tudo isso, é uma reivindicação o profundamente sentida dos agricultores a fixação dos preços mínimos no prazo legal isto é: três

meses antes do início do ano agrícola em outubro (o sul do país). A adoção da medida em agosto, anunciada pela CFP, decorre, sem dúvida, de seus reclamos. Esta foi uma das primeiras reivindicações levantadas, no momento em que se começou a falar, em São Paulo, na marcha de 50 mil lavradores, do interior paulista ao Distrito Federal, para exigir do governo da República medidas de salvaguarda da agricultura, ameaçada pelo excesso de chuvas e a completa desproteção oficial.

O que é necessário, agora, é lutar para que não fique em promessa a decisão anunciada pela CFP. E que não somente seja levada à prática, mas que seja completada com outras medidas urgentes, entre as quais — para citar algumas mais im-

portantes — a redução da taxa de juros nos contratos agrícolas, a distribuição gratuita de sementes, adubos e inseticidas e a adoção desde logo de providências capazes de assegurar, na época necessária, o transporte para escoamento das safras. Assim se evitará que ocorra, como em anos anteriores, o apodrecimento das colheitas nas fontes de produção, por falta de transportes e de armazenagem, enquanto faltam os produtos nos grandes mercados consumidores e a especulação campesina, agravando a carestia e as dificuldades do povo. As organizações de camponeses estão reservado um importante papel na luta pela concretização destas medidas que não cairão do céu e só poderão ser conquistadas com lutas.

O Papel do Partido Comunista Na Sociedade Soviética

CONCLUIMOS NO PRESENTE NÚMERO A PUBLICAÇÃO DO IMPORTANTE ARTIGO DE REDAÇÃO DA «PRAVDA», DE 6 DE JULHO ÚLTIMO, POR NÓS INICIADA NA ÚLTIMA EDIÇÃO DA VOZ OPERÁRIA.

EXISTE hoje na União Soviética, em consequência da vitória do socialismo, uma sociedade nova e homogênea, sem classes inimigas e grupos sociais cujos interesses não coincidam. Por isso, não há na sociedade soviética base social para o surgimento e a existência de outros partidos, além do Partido Comunista.

Alguém no estrangeiro está interessado em que a URSS tenha partidos não comunistas, artificialmente criados, financiados pelo capital estrangeiro e que sirvam aos seus interesses. Os cidadãos soviéticos não necessitam, porém, de partidos desse tipo; os cidadãos soviéticos não impõem a ninguém seu regime social e não têm o propósito de aceitar regimes alheios.

Isso não quer dizer, é claro, que em

outros países, que marcham pelo caminho do socialismo não possam, em certa situação histórica, participar do governo outros partidos de trabalhadores, sob a condição de que o papel dirigente esteja assegurado ao Partido marxista revolucionário, que expressa de maneira mais consequente os interesses da classe operária.

Quanto a nosso país, o Partido Comunista foi, e será o orientador dos pensamentos, expoente dos desejos e aspirações, dirigente e organizador do povo em sua luta pelo comunismo. Armado com a teoria marxista-leninista, forte por sua unidade, coesão e disciplina, insuperável por sua habilidade em organizar as massas de milhões e dirigilas com acerto numa situação complexa, o Partido Comunista dirige com segurança, desde os primeiros dias do poder soviético, a nau de nossa vida estatal e social para o comunismo.

em certo grau as forças internas do Partido, impedindo o desenvolvimento da democracia partidária. Durante muitos anos não se convocavam os congressos ordinários do Partido, assim como os plenos do C.C. do P.C.U.S. Em virtude disso, limitavam-se as possibilidades de crítica às falhas na construção do Partido, abria-se campo ao arbítrio, aos métodos puramente administrativos, a tomada de decisões unipessoais, nem sempre justas. O culto à personalidade causou grande mal ao trabalho ideológico nas organizações partidárias, contribuindo para uma certa difusão de concepções antimarxistas a respeito do papel do indivíduo na história, e possibilitando o escolasticismo e o dogmatismo na propaganda.

Por iniciativa do C.C. do P.C.U.S. iniciou-se a luta contra o culto à personalidade pelo restabelecimento das normas leninistas que regem a vida partidária, e, antes de tudo, do princípio da direção coletiva. De acordo com os Estatutos do P.C.U.S., os Plenos do Comitê Central do Partido começaram a ser convocados regularmente. No prazo estabelecido, convocou-se o XX Congresso do Partido, congresso ordinário. Nos plenos do C.C. e no Congresso do Partido foram analisados os problemas fundamentais atinentes à construção partidária, estatal e econômica; avaliaram-se criticamente os resultados do trabalho precedente; estabeleceram-se tarefas inadiáveis e abriram-se perspectivas pa-

ra e desenvolvimento do país e do Partido. Ergueu-se a um nível novo e mais elevado o trabalho ideológico do Partido, colocando-se atualmente à frente desse trabalho o estudo criador do marxismo-leninismo e dos fatos da atividade diária, enquanto que a propaganda é estreitamente vinculada à atividade prática de construção do comunismo.

Sob a direção do Comitê Central, luta-se pelo restabelecimento das normas leninistas da vida partidária também nas organizações locais do Partido. Também nestas começaram a ser convocadas regularmente as conferências e assembleias partidárias, são amplamente discutidas as questões relativas à vida partidária e à atividade econômica, sendo rigorosamente criticados os erros e falhas na atividade dos órgãos partidários locais. Em virtude disso, observa-se um novo ascenso na atividade das massas partidárias.

A particularidade mais importante de um partido realmente marxista-leninista consiste em possuir forças vitais invencíveis e de não se deixar contaminar pelo burocratismo e pela degenerescência. Apesar do grande mal causado ao Partido pelo culto à personalidade de J. V. Stálin, o Partido criado por V. I. Lênin, apoiando-se em suas organizações locais nunca deixou de viver de maneira criadora. Na doutrina marxista-leninista e em seus vínculos com o povo, o Partido encontrava forças para seus grandes feitos.

O PARTIDO VANGUARDA DOS POVOS SOVIÉTICOS

Discursando no IX Congresso do Partido, em março de 1920, Vladimir Ilitch Lênin afirmou: "Somente graças ao fato de que o Partido estava em guarda, de que o Partido observava a mais estrita disciplina, e porque a autoridade do Partido unia todos os departamentos e instituições e, graças ao fato de que dezenas, centenas, milhares, e em última instância milhões seguiam a palavra de ordem dada pelo C.C., e só porque sacrifícios inauditos foram superados, — somente por isso pôde ocorrer o milagre que se verificou. Somente por isso pudemos vencer, apesar da dupla, triplice e quádrupla campanha realizada pelos imperialistas da Entente e pelos imperialistas de todo o mundo".

Sempre que a pátria esteve em perigo, quando era necessário fazer sacrifícios e suportar privações, quando se apresentavam ao país tarefas novas e complexas, os comunistas eram os primeiros a enfrentar as dificuldades mobilizando as mais amplas massas e invariavelmente conquistando vitórias. Para os comunistas, tornou-se lei estar presente nos lugares em que se decidiam do destino da revolução, do socialismo, da construção do comunismo. Assim aconteceu nos anos da guerra civil e da intervenção estrangeira, quando muitos e muitos filhos de nosso Partido perderam a vida na luta contra o inimigo, mas não sacrificavam as conquistas da revolução. Assim foi no período da restauração em que, nas complexas condições da nova política econômica, os comunistas ocupavam os postos de Vanguarda, lutando encarnadamente contra o inimigo de classe. Assim aconteceu nos anos da industrialização socialista do país e da coletivização da agricultura, quando os comunistas marchavam e marcham para os maiores centros da edificação, e, apesar do ódio feroz e da resistência colérica do inimigo de classe, realizavam as tarefas estabelecidas pelo Partido. Assim aconteceu nos anos da grande guerra patriótica, quando o Partido dirigiu suas melhores forças para

as frentes de batalha e para os setores decisivos da retaguarda.

Com força ainda maior, o papel dirigente de nosso Partido manifestou-se durante muitos anos, quando, por iniciativa do Comitê Central do P.C.U.S., começaram a ser realizadas grandes medidas para um novo desenvolvimento da economia, para acabar com o atraso, numa série de ramos da economia nacional e, sobretudo a agricultura, e para acelerar os ritmos da edificação cultural. Com as indicações do Partido, seus órgãos locais e as organizações de base enfrentaram com tenacidade as tarefas concretas ligadas à edificação econômica, começaram a estudar a economia e a técnica da produção com maior profundidade e a abordar mais ativamente a situação reinante nas empresas, colcozes, E.M.T. e sovcoses.

Dezenas de milhares de comunistas foram voluntariamente trabalhar nas E.M.T., sovcoses e colcozes, e com sua incansável atividade de organização, representaram papel extraordinariamente importante no progresso da agricultura que se iniciou no último período e continua a desenvolver-se ininterruptamente. Nunca se apagará da lembrança do povo soviético o feito patriótico de nossa juventude, que, atendendo ao apelo do Partido, dirigiu-se às centenas de milhares para as regiões orientais a fim de lavar novas terras e trabalhar nas edificações do VI Plano Quinquenal.

Elevar o nível da atividade dirigente do Partido e de todas as suas organizações locais é o verdadeiro caminho para novos êxitos na luta pelo ulterior fortalecimento do Estado socialista soviético, pelo progresso da indústria e da agricultura e pela elevação do bem-estar e da cultura dos trabalhadores. Nosso Partido avança com audácia por esse caminho porque une suas fileiras a parte mais avançada, consciente e organizada do povo soviético, e porque está indissolúvelmente ligado às mais amplas massas trabalhadoras.

III

PARA reforçar ainda mais o Partido e elevar o nível de sua atividade dirigente têm importância extraordinariamente grande as decisões do XX Congresso do P.C.U.S. e a resolução do C.C. do P.C.U.S. de 30 de junho de 1956 sobre "a superação do culto à personalidade e de suas consequências".

O XX Congresso do P.C.U.S. assinalou que o Comitê Central manifestou-se de maneira inteiramente justa e em tempo contra o culto ao indivíduo cuja propagação rebaixava o papel do Partido e das massas populares, reduzia o papel da direção coletiva no Partido e freqüentemente acarretava sérias falhas no trabalho e grosseiras violações da legalidade socialista.

Conseqüentemente fiel ao leninismo, nos-

so Partido manifestou-se de maneira franca e firme contra o culto à personalidade e contra as suas nefastas consequências. Já nos dias anteriores a outubro de 1917, o grande Lênin afirmava que os trabalhadores têm fé no Partido bolchevique, vendo nele a inteligência, a honra e a consciência de nossa época. O Partido Comunista não teme falar a verdade ao povo, por mais amarga que seja. O Partido não tem motivos para ocultar as deficiências por que sua orientação geral é certa, a causa da construção do comunismo progride e vence, e as deficiências serão tanto menores quanto mais amplas forem as massas que participarem da luta contra elas.

A DEMOCRACIA PARTIDÁRIA

Em sua resolução sobre "a superação do culto à personalidade e de suas consequências", o C.C. do P.C.U.S. observou que a discussão, nas organizações do Partido e nas Assembleias Gerais dos Trabalhadores, do problema do culto ao indivíduo e de suas consequências verificou-se num ambiente de grande atividade dos membros do Partido e dos sem-partido, e que a orientação do

C.C. do P.C.U.S. foi plenamente aprovada e apoiada pelo Partido e pelo povo.

Uma das perigosas manifestações do culto à personalidade de J. V. Stálin consistiu na violação das normas leninistas que regem a vida partidária e estatal, na violação do princípio do caráter coletivo da direção do Partido. No último período da vida de J. V. Stálin, o culto à sua personalidade freava

O NÚCLEO LENINISTA NA DIREÇÃO DO PARTIDO

Como se observa na resolução do C.C. do P.C.U.S., o XX Congresso do Partido e toda a política do Comitê Central, após a morte de Stálin, confirmam de maneira brilhante ter existido dentro do Comitê Central do Partido um núcleo leninista de dirigentes que compreendiam com acerto as necessidades que se faziam sentir tanto no domínio da política interna como da política externa. Não se pode afirmar não ter havido oposição aos fenômenos negativos ligados ao culto à personalidade e que entravavam o progresso do socialismo. Além disso, houve certos períodos, como, por exemplo, durante os anos da guerra, em que as ações unipessoais de Stálin eram extremamente limitadas, em que se minoravam de maneira essencial as consequências negativas resultan-

tes de violações da legalidade, do arbítrio, etc. Imediatamente após a morte de Stálin, o núcleo leninista do Comitê Central empreendeu uma luta decisiva contra o culto à personalidade e suas penosas consequências.

Os fatos comprovam que a luta contra o culto à personalidade e pelo desenvolvimento da democracia no Partido e nos Soviets já acarretou uma intensificação sem precedente da atividade criadora das massas populares, dos verdadeiros criadores da história. Os cidadãos soviéticos sentem-se donos do país e responsáveis pelo seu presente e pelo seu futuro. Daí a aspiração de extirpar o mais rapidamente possível as falhas ainda existentes e de utilizar ao máximo nossas possibilidades para o cumprimento das tarefas ligadas à construção econômica.

O DEMOCRATISMO NÃO EXCLUI A DISCIPLINA

O Partido ensina a seus quadros e a todos os comunistas a continuarem a desenvolver com toda energia e a apoiar a iniciativa criadora dos trabalhadores, a desenvolver a autocritica e crítica das falhas, a ouvir a voz das massas, a ensinar-lhes e a aprender com elas. A observância consequente dos princípios relativos ao caráter coletivo da direção, dos princípios que regem a democracia no Partido e no Soviet, é o meio sem o qual isso não poderá ser realizado. No entanto, ao aplicar com persistência esses princípios, devemos lutar firmemente contra as tentativas, quaisquer que sejam, de negar — o que é sintoma de anarquismo pequeno-burguês — o papel dos dirigentes na construção do Estado, do Partido e da economia. Já nos primeiros meses de organização do Estado soviético, escreveu V. I. Lênin: "É preciso que aprendamos a reunir o democratismo das massas trabalhadoras, democratismo com aspecto de comício, trepidante, tempestuoso, que ultrapassa todas as restrições, à férrea disciplina no trabalho, à obediência absoluta durante o trabalho, à vontade de uma pessoa, o dirigente soviético".

A superação do culto à personalidade e de suas consequências, terá grande importância para que nosso Partido consiga novas vitórias e para todo o movimento comunista.

O Partido Comunista da União Soviética é fiel aos princípios da união internacional, da solidariedade internacional dos trabalhadores em sua luta pela paz, pela democracia e pelo socialismo. Nas condições atuais os partidos marxistas dos trabalhadores consideram indispensável ampliar entre si os contatos, manter e reforçar sua unidade ideológica e a solidariedade fraternal na luta contra as forças imperialistas antinacionais. Afirma-se na resolução do C.C. do P.C.U.S.: "Podemos estar certos de que os partidos comunistas e operários de todos os países erguerão ainda mais alto a gloriosa bandeira marxista do internacionalismo proletário".

Em ligação com a crítica do culto à personalidade e de suas consequências a bur-

guesia internacional desencadeou uma campanha de calúnias contra nosso Partido, tentando, assim, provocar a confusão e a desordem nas fileiras do movimento comunista e operário em todos os países. Ao fazê-lo, os organizadores dessa campanha tentam ocultar o fato de que se trata de uma etapa ultrapassada na vida de nosso país.

Esforços vão! Os partidos comunistas e operários irmãos, compreenderam as manobras dos inimigos do socialismo e ofereceram-lhes a devida resistência.

Por mais que a burguesia imperialista se enfureça, por mais que caluniem nosso Partido Comunista, não pode ocultar dos partidos irmãos dos outros países, dos trabalhadores de todo o mundo, o fato indiscutível de que nosso Partido se encontra no florescimento de suas forças criadoras, de que a luta contra o culto à personalidade não significa fraqueza, mas, sim o poderio gigantesco de nosso Partido e de que a superação das consequências do culto à personalidade garante um maior fortalecimento do Partido e a elevação da iniciativa criadora das massas partidárias. E isso é penhor seguro de novas vitórias do comunismo em nosso país, vitórias de repercussão mundial e históricas, e importante contribuição ao fortalecimento do sistema mundial do socialismo e ao crescimento das forças comunistas e das demais forças progressistas em todo o mundo.

NOTA: O TÍTULO E SUBTÍTULOS DESTES ARTIGOS SÃO DA RESPONSABILIDADE DA REDAÇÃO DE VOZ OPERÁRIA.

Carestia: Preocupação Diária Para Todas as Donas de Casa

Os preços sobem cada dia nas feiras e nos armazéns, nas lojas de tecidos, calçados e utilidades, devorando os orçamentos domésticos, são um assunto dominante para as donas de casa. Seus feitos recaem mais pesadamente sobre determinados produtos, por serem estes indispensáveis. Pode-se minorar tal situação, tomando como base para um trabalho de massas contra a carestia, precisamente tais produtos? É claro que sim. As informações e estudos demonstram que medidas viáveis poderiam torná-los mais acessíveis à economia dos lares.

CARNE: 300% DE AUMENTO

Nos três últimos anos a carne sofreu um aumento de 300%. Há um ano, à base do salário-mínimo, um quilo custava 168 minutos de trabalho, enquanto hoje o valor da mesma quantidade desse pro-

duto corresponde a 240 minutos de trabalho.

Que empresas somaram os lucros correspondentes a tão elevado índice?

Os cariocas consomem, em média, diariamente, 400 toneladas de carne, das quais 60% são torreados pelos frigoríficos. Os lucros oficiais, isto é, de acordo com a escrita apresentada, em 1935, foram assim distribuídos: ARMOUR — 24 milhões de cruzeiros; WILSON — 100 milhões de cruzeiros; e SWIFT — 65 milhões de cruzeiros. O dinheiro economizado, em cada dia da semana, para o quilo de carne no domingo tem o seu destino...

Será que em nosso país não há carne suficiente para abastecer a população? O Brasil é o 4.º produtor de gado bovino no mundo, embora o consumo de carne «per capita» seja de apenas 33 gramas. Temos um rebanho, segundo as últimas estatísticas, de... 57.625.940 cabeças. E 67% desse rebanho estão localizados na zona leste e sul, portanto de fácil acesso a esta Capital.

Apesar, porém, dos lucros confessados, os frigoríficos pretendem auferir-lhes em maior percentagem. Como? Exportando a carne. A chamada missão Klein e Sachs, como muitas das missões norte-americanas que por aqui acampam para interferir na vida econômica de nosso povo, andou recomendando tal medida, em defesa dos lucros dos exportadores, no caso os frigoríficos. Mas as crianças precisam de proteínas. E a vida e a saú-

de das crianças, quem as venderia pelos lucros do Armour do Wilson e do Swift?

Há na COFAP, lá se vão 3 meses, um projeto de lei para tabelar o preço da carne fresca, nas seguintes bases: carne sem osso Cr\$ 37,00; carne de segunda Cr\$ 27,00 e carne de 3.º Cr\$ 13,00. Está claro, porém, que o tabelamento deverá ser feito desde a fonte produtora. Como pensar em tabelar a carne só nos açougues sem levar em conta os intermediários, e que os frigoríficos além de abater o gado fazem a engorda? O resultado é que, até hoje, providências não foram tomadas nesse sentido.

Enquanto isso a Secretaria

ALGUMAS INDICAÇÕES PARA AS DONAS DE CASA

Transmitindo esclarecimentos sobre os motivos de elevação do custo de determinados produtos à população feminina as organizações terão maiores possibilidades de chamá-las para uma ação comum, para participarem do movimento contra a carestia de vida, apoiando os movimentos que estão surgindo, em todas as cidades, da unidade dos trabalhadores, dos estudantes e das donas de casa.

Qualquer dona de casa, qualquer grupo ou associação poderá organizar uma palestra contra a carestia, para esclarecer alguns de seus aspectos e tomar medidas em conjunto, no sentido de uma grande luta por melhores condições de vida. Por exemplo: fazer um memorial pedindo o tabelamento da carne — protestar contra qualquer exportação de carne — lutar pela ampliação do número de postos revendedo-

PÁGINA FEMININA

de Agricultura da Prefeitura está vendendo carne a Cr\$ 32,00 em 22 mercadinhos que são insuficientes, porém, para atender à população do Rio de Janeiro. Tal medida, no entanto, mostra a possibilidade de vender a carne a preço muito inferior ao que está em vigor nos açougues.

res de carne, aqui, no Rio, ou pela instalação de açougues populares em todos os bairros como o fizeram as donas de casa de Sta. Catarina, através da União Feminina, com resultados positivos.

Lembre-mos de que a carestia é um motivo de conversa de aproximação, de entendimento, de união entre as mulheres de todas as camadas da população. Além disso é necessário realmente, melhorar o nível de vida nos lares. E essa melhoria só poderá ser alcançada com a participação ativa das mulheres nos movimentos contra a carestia. Cada família tem as suas dificuldades a resolver, e se o fizerem coletivamente maior número de lares poderá ter mais fartura, ser mais feliz. Agora, no Distrito Federal é urgente apoiar e participar da Comissão Permanente Contra a Carestia!

UM PROBLEMA CAPAZ DE APROXIMAR E UNIR PARA A LUTA — EXEMPLOS CONCRETOS E EXPLICAÇÕES ACESSÍVEIS SOBRE OS AUMENTOS DOS PREÇOS — CARNE: AUMENTO DE 300 POR CENTO... E LUCROS FABULOSOS DOS FRIGORÍFICOS

OS COMUNISTAS E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER

Em seu informe à Conferência Nacional sobre o trabalho do Partido entre as mulheres Luiz Carlos Prestes colocou diante de todos os comunistas o importantíssimo problema da emancipação da mulher. Esta não é uma tarefa fácil. A própria palavra emancipação não será facilmente compreendida pela maioria das mulheres. Emancipar-se significa livrar-se da tutela de alguém, libertar-se. A luta pela emancipação da mulher compreende um trabalho imediato, mas que será contínuo e prolongado. Este trabalho representa hoje, fundamentalmente, a luta contra o atraso e a miséria. A emancipação da mulher brasileira terá início quando ela começar a compreender que é possível ter uma vida mais justa, mais feliz e humana. Despertando para a luta, a mulher irá conquistando dia a dia a sua emancipação através da conquista de pequenas coisas: uma casa higiênica para morar, um salário digno capaz de garantir o sustento do lar, uma creche ou casa maternal para deixar seu filho bem cuidado durante as horas de trabalho fora do lar, leite, carne e pão em fartura e ao alcance de sua bolsa, etc.

A emancipação da mulher significa, ainda, a luta contra o atraso. Mais da metade das mulheres brasileiras estão privadas de conhecer as coisas belas da vida, não podem ler contos de amor ou conselhos de beleza, desconhecem a vida de outras mulheres e o que se passa pelo mundo. O fato de aprender a ler e a escrever constitui um passo adiante na luta pela emancipação da mulher. Sabendo ler as mulheres poderão não só votar ou ser eleitas — direito que deveria ser assegurado a todos os analfabetos — mas estarão melhor habilitadas para defenderem seus direitos, participarem mais ativamente da vida econômica, social e política do país e mais facilmente caminharem no caminho de sua completa emancipação.



O Estado socialista dedica especial solicitude à infância. Estepanida Estepanovna (Kishiniov, Moldavia), esposa do ferroviário G. Shereper, deu à luz quatro gêmeos, três meninos e uma menina. A família Shereper recebe importante subsídio em dinheiro. Foi-lhe dada uma casa nova. As crianças são educadas no jardim da infância. O Estado custeia a manutenção das crianças. (TASS)

Direitos da Trabalhadora

Na Consolidação das Leis do Trabalho os artigos 372 a 401 dizem respeito à «Proteção ao trabalho da mulher». Poucas mulheres, porém, os conhecem. Como os conheciam se, na vida diária do trabalho na fábrica, na oficina, no escritório, na loja, não são aplicados?

O conhecimento de um direito é o primeiro passo para alertar sobre a necessidade de conquistá-lo. A luta pela aplicação da legislação trabalhista poderá ser um instrumento valioso para a união das mulheres trabalhadoras, que ainda não estão integradas na vida organizativa de suas entidades de classe, e para a ativação das que já pertencem a essas organizações.

Por isso, começamos, hoje, a publicação dos artigos que constam da Seção I do Capítulo III da Legislação, que dizem respeito ao horário de trabalho e que serão comentados no próximo número.

«Artigo 372 — Os preceitos que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída por este capítulo.

Parágrafo único — Não é regido pelos dispositivos a que se refere este artigo o trabalho nas oficinas em que sirvam exclusivamente pessoas da família da mulher e esteja esta sob a direção do esposo, do pai, da mãe, do tutor ou do filho.

Artigo 373 — A duração normal de trabalho da mulher será de oito horas diárias, exceto nos casos para os quais for fixada duração inferior.

Artigo 374 — A duração normal do trabalho diurno da mulher poderá ser no máximo elevada de mais duas horas, mediante contrato coletivo ou acordo firmado entre empregados e empregadores, observado o limite de 48 horas semanais.

Parágrafo único — O acordo ou contrato coletivo de trabalho deverá ser homologado pela autoridade competente, a importância do salário-hora suplementar, que será igual a da hora normal acrescida de uma percentagem adicional de 20% no mínimo.

Artigo 375 — Nenhuma mulher poderá ter o seu horário de trabalho prorrogado, sem que esteja para isso autorizada por atestado médico oficial, constante de sua carteira profissional.

Parágrafo único — Nas localidades em que não houver serviço médico oficial valerá para os efeitos legais o atestado firmado por médicos particulares em documento separado.»

ASFIXIA, EM VEZ DE DESAFOGO ECONÔMICO, COM OS EMPRÉSTIMOS NORTE-AMERICANOS

Fazendo concessões para a obtenção dos dólares lanques o sr. Kubitschek percorre um velho caminho que levou governos anteriores ao fracasso

OFENSIVA ALTISTA PARA ANULAR O SALÁRIO-MÍNIMO

Atingido o primeiro semestre de governo do sr. Juscelino Kubitschek, os trabalhadores e todo o povo brasileiro sentem em sua própria carne os efeitos de uma política ruinosa, caracterizada pela capitulação diante dos monopólios lanques, e que particularmente se reflete na subida vertical do custo da vida.

AUMENTOS E MAIS AUMENTOS

Nos últimos seis meses o aumento médio do custo da vida no Distrito Federal (e, com pouca diferença, em todo o país) atingiu 30%. Os lucros das grandes empresas subiram, e já em 1955 só o frigorífico "Wilson" obteve o lucro líquido confessado de 49 milhões de cruzeiros.

A conquista de aumentos de salários e a revisão do salário-mínimo, que apenas diminuíram a diferença entre o alto custo da vida e os poucos recebimentos dos trabalhadores, funcionários e militares, foram capciosamente utilizadas pelos tubarões para desencadear nova ofensiva altista. Os produtos não sujeitos a tabelamento foram aumentados mal se começou a falar em aumento do salário-mínimo: roupas, calçados, alumina, taxas escolares, bondes, etc. No Cateite, apartamentos modestos (quarto, sala, cozinha e banheiro) aumentaram de Cr\$ 4.000,00 para Cr\$ 5.000,00.

GÊNEROS ESSENCIAIS

Na pauta para aumento estão, entre outros, os seguintes produtos: leite (passará a Cr\$ 8,50), pão, açúcar, carne, feijão, produtos horti-granjeiros. Os transportes (ônibus, lotações, taxis) estão ameaçados de serem aumentados, assim como os óleos lubrificantes.

O panorama é ameaçador para a bolsa do povo e indica, ao mesmo tempo, que é necessário intensificar e ampliar muito a luta contra a carestia, visando forçar o governo a promover uma série de medidas para deter a elevação do custo da vida.



Com a união de trabalhadores, donas de casa e estudantes e através de manifestações organizadas o povo paulistano conquistou os primeiros êxitos na luta contra a carestia

Como centro de sua política de promessa de realizar em cinco anos o que se faria em cinquenta colocou o sr. Juscelino Kubitschek a obtenção de empréstimos nos Estados Unidos. O primeiro deles está sendo negociado pela missão Lucas Lopes, que se encontra ainda em Washington, e serviu de tema das conversações entre o Presidente do Brasil e Eisenhower, na reunião do Panamá.

VELHA POLÍTICA

Mas o sr. Kubitschek não ensaiou nada de novo com esta orientação e apenas prosseguiu a de governos anteriores, que conduziram o país à situação sufocante em que atualmente se encontra.

Os resultados de tal orientação são bem conhecidos.

Que pretende o sr. Kubitschek? O sr. Kubitschek pretende um empréstimo de cerca de 500 milhões de dólares

do Banco de Importação e Exportação, grande parte do qual ou sua quase totalidade ficaria nos próprios Estados Unidos para o pagamento de dívidas.

Ora, o dinheiro assim obtido, em lugar de desafogar a situação financeira do país, iria somente agravá-la.

Sem esse novo empréstimo o Brasil, a partir do próximo ano, já terá de pagar de juros e amortizações de empréstimos anteriores, somas consideráveis aos EE.UU.: cerca de 111 milhões de dólares em 1956, cerca de 133 milhões em 1957, perto de 155 milhões em 1958, perto de 167 milhões em 1959 e quase 300 milhões em 1960!

Com as amortizações e juros, do novo empréstimo essas obrigações atingirão a níveis fantásticos, chegando a cerca de 20% do total do valor de nossas exportações atuais para aquele país.

Para fazer face às obrigações decorrentes desses empréstimos, o Brasil tem de intensificar sua corrente de exportações para os Estados Unidos, numa busca desesperada de dólares.

Mas, com o nosso comércio com os EE.UU. se faz em bases verdadeiramente coloniais, este incremento das exportações apenas significará uma espoliação mu-

to maior ainda de nosso país.

COMÉRCIO EXTERIOR E ESPOLIAÇÃO DO BRASIL

Nosso comércio com os EE.UU. se baseia em relações de trocas «não equivalentes». Isto é: nossas mercadorias perdem valor em relação às mercadorias norte-americanas nos são vendidas acima de seus valores. Um exemplo é o do café: Marcos de Souza Dantas, em 1910 nosso café era vendido a 1 dólar por libra peso no mercado de Nova Iorque; hoje, é vendido por cerca de 59 centavos de dólar. E isto não obstante a queda do valor aquisitivo do dólar, de cerca de 50 por cento no referido período. Enquanto isto, um automóvel e outras mercadorias norte-americanas nos são vendidas 30 a 40 vezes mais caras do que há 46 anos passados.

Dados da revista «Conjuntura Econômica», (junho de 55) ainda muito aquém da realidade, mostram que perdemos anualmente nas vendas de café aos EE.UU. cerca de 24% de seu valor — ou sejam, 180 milhões de dólares por ano! Isto aenas com o café e sem levar em conta a depreciação dos preços das demais mercadorias

(particularmente dos minérios) e a imposição lanques de pagarmos os fretes em dólares aos armadores norte-americanos por todas as mercadorias que importamos dos EE.UU. (cerca de 200 milhões de dólares anualmente).

O CAMINHO E' MUDAR A POLÍTICA EXTERNA

A submissão de nosso comércio exterior aos EE.UU., ocasiona ao Brasil um prejuízo anual de, no mínimo 400 milhões de dólares. É evidente que realizando uma política independente, comerciando com todos os países do mundo, mantendo amplas relações com o mercado socialista, o governo brasileiro não necessitaria dos empréstimos lanques, que nas condições atualmente concedidas, apenas agravam a situação econômica e financeira do país.

Por isso é que o povo e setores cada vez mais amplos das diversas correntes políticas reclamam do sr. Juscelino mudança de nossa política externa, uma política de independência nacional.

PROPÕE-SE A U. R. S. S. A VENDER FÁBRICAS AO BRASIL. PAGAMENTO EM CRUZEIROS, COM OS QUAIS SERIAM COMPRADAS MERCADORIAS BRASILEIRAS

A União Soviética está disposta a vender ao Brasil fábricas e equipamentos industriais para pronta entrega, mesmo antes do restabelecimento de relações entre o nosso país e o país do socialismo.

Esta proposta foi transmitida pelo presidente da Câmara de Comércio da União Soviética, Mikhail Nesterov, a uma delegação de parlamentares brasileiros que visitou recentemente Moscou. Revelando-a à Câmara, o deputado Jonas Bahiense, um dos membros daquela delegação, informou ainda que no mesmo dia em que recebeu a oferta soviética radiografou ao sr. Juscelino Kubitschek para que tomasse as providências que o caso requeria. Mas, até o momento, o governo não deu a menor atenção ao assunto de tamanha relevância para os interesses nacionais.

Os exemplos da Índia, do Egito e de diversos outros países demonstram que a URSS está em condições de cooperar para a industrialização de nações como a nossa, dentro do princípio do respeito integral à nossa soberania e de reciprocidade. Além disso, a União Soviética se propõe a vender-nos fábricas e equipamentos industriais, com pagamento em cruzeiros, que ficariam depositados no Banco do Brasil para a aquisição de mercadorias brasileiras.

São transações nessas bases que concorrerão para o desenvolvimento independente da economia nacional e para retirar o país da crise financeira que o sufoca. O caminho dos empréstimos norte-americanos, a que recorre o sr. Kubitschek, pelo contrário, somente agravará a situação. Mesmo porque, uma das condições desses empréstimos é a subordinação ainda maior de nosso comércio exterior aos Estados Unidos, afastando o Brasil das vantagens que pode obter — como estão obtendo numerosos outros países, através de uma estreita cooperação com a União Soviética e com todo o campo do socialismo.

Na FOTO: a fábrica de automóveis V. M. Molotov de Gorki, seção de montagem das rodas dos carros produzidos

O POVO CONQUISTA ÊXITOS LUTANDO ORGANIZADAMENTE CONTRA A CARESTIA

O povo brasileiro intensifica a luta contra a carestia; surgem em vários Estados, as iniciativas populares para opor uma barreira à avalanche dos preços altos.

CONQUISTADO O CONGELAMENTO EM S. PAULO

As memoráveis jornadas dos trabalhadores paulistas, através do Pacto de União Intersindical, e a atividade unificadora da comissão de luta contra a carestia (constituída de operários, estudantes e donas de casa) conduziram à conquista de importante vitória: o congelamento dos preços de sete gêneros essenciais, durante 90 dias, até que entre em vigor o congelamento geral. Os gêneros são os seguintes: açúcar refinado, Cr\$ 9,60 (Cristal, Cr\$ 8,00); leite, Cr\$ 6,70; arroz amarelado, Cr\$ 17,00; feijão chumbinho, Cr\$ 15,00; óleo de caroço de algodão, Cr\$ 34,50; carne de 1ª, sem osso, Cr\$ 40,00 e pão, Cr\$ 6,70.

Os sindicatos exigiram que a COAP requisitasse o açúcar que estava sendo sonegado pelos especuladores, e entregasse às próprias entidades sindicais para venda ao povo, sem aumento de preço.

COMANDOS POPULARES NO RIO

A luta contra a elevação do custo de vida, no Rio de Janeiro, é dirigida pela Comissão Permanente Contra a Carestia, integrada por dirigentes sindicais, estudantes, e femininas. No momento,

sua atividade está voltada para impedir o aumento das passagens de ônibus e lotações.

Da sede da UNE, diariamente, têm partido os comandos para coletar assinaturas nas filas de passageiros dos coletivos, contra o aumento.

A decidida vontade mostrada pelo povo de não permitir o aumento já levou o prefeito Negrão de Lima a adiar a solução do caso, entregando-a ao presidente Kubitschek e prometendo intervir nas empresas se as mesmas retirarem os coletivos das ruas.

COMISSÃO FLUMINENSE

No Estado do Rio foi fundada a Comissão Fluminense Contra a Carestia, no dia 23 do corrente. A nova entidade está funcionando na sede do Sindicato dos Operários Navais e já programou a realização de uma mesa-redonda no próximo dia 5 de agosto. Está marcada, também uma Convenção Contra a Carestia.

MULHERES PARTICIPAM

As mulheres brasileiras estão participando ativamente

da luta contra a carestia. A Associação Feminina do D. F. e seus núcleos de bairros integram com entusiasmo as atividades da Comissão Contra a Carestia. Em Curitiba, a luta das mulheres levou o governador do Estado a anular os contratos das concessionárias de

transporte, caso prosseguissem no «lock-out». Uma redução de 30% no preço do pão foi também conseguida pelas donas de casa, naquela Capital. Em Salvador, a Associação Feminina realizou a Convenção Contra a Carestia, que contou com grande apoio em todo o Estado.

